

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

01.10.2019

CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR

01.10.2019

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo o número regimental, declaro aberta a 22ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 47/2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular - Furp - envolvendo os casos de corrupção no contrato da construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para o fornecimento do medicamento de alto custo.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: Agente Federal Danilo Balas, deputada Beth Sahão, deputado Cezar, deputado Thiago Auricchio, deputado Delegado Olim, deputado Alex de Madureira e este deputado na Presidência.

Solicito à Sra. Secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Solicito a V. Exa. a dispensa da leitura da Ata para ser dada como lida.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Antes de dar prosseguimento à pauta e antes de dar pela ordem a nobre deputada Beth Sahão, para cumprimentá-la pelo seu aniversário. Felicitações de todos nós, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esperamos que pague o almoço para a gente, não é Alex?

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Presidente, eu não sabia que era aniversário dela, mas quando eu vi ela chegando toda linda assim, eu falei assim: O que está acontecendo, Beth? Ela falou: “É meu aniversário”.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não é não, ele sabia sim. Ele é muito elegante sempre.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Parabéns, nobre deputada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputada Beth Sahão, aniversariante do dia, alegria de todos nós.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu queria saudar a todas as trabalhadoras e os trabalhadores aqui da Furp. Nós estivemos lá, fizemos uma excelente audiência, uma reunião importante que deu muita clareza para pontos que ainda faltava-nos compreender melhor, com a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores e os vereadores que aqui estão lá da Câmara de Guarulhos.

O presidente da Câmara, vereador Professor Jesus; a minha amiga vereadora Janete Pietá; o vereador Maurício Brinquinho; o vereador Zé Luiz e o vereador Wesley. Então agradecer também, acho que o senhor também vai fazer a mesma coisa aqui.

Nós nos encontramos, alguns dos vereadores estiveram presentes na reunião que nós fizemos, então numa demonstração que eles estão também acompanhando e muito preocupados com o desenrolar não apenas da CPI, mas os destinos da Furp, que todos nós temos discutido aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, nobre deputada. Nós queremos cumprimentar também todos os vereadores em nome do Jesus, que é o presidente da Câmara Municipal, e um abraço especial para a deputada Janete Pietá, enquanto trabalhou quando foi deputada federal pelo estado de São Paulo. Dando

seguimento aqui... E parabenizar a Câmara Municipal por abraçar essa causa e participar de todo esse processo da CPI da Furp, o encaminhamento que se dará àquela fundação.

Item nº 1 da pauta - apreciação do requerimento constante da pauta. Item nº 1 - Requerimento datado de 25 de setembro de 2019, do nobre deputado Delegado Olim. Requerimento nº 36 - Requer a convocação...

Pela ordem, nobre deputado Cezar, que solicita...

O SR. CEZAR - PSDB - Vou pedir vista aí.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vistas desse requerimento. É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica concedida vista do Requerimento nº 36 ao nobre deputado Cezar pelo tempo regimental.

O item nº 2 é proceder as seguintes oitivas: primeira, a da professora Dra. Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, ex-presidente do Conselho Deliberativo da Furp; e a segunda oitiva, é a do Sr. Marco Antônio Peixoto, representante do Instituto Uniemp, gerenciadora da obra da construção da Furp de Américo Brasiliense.

Então vou solicitar à professora Dra. Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, ex-presidente do Conselho Deliberativo da Furp, que já está presente... Agradecemos desde já a sua presença. Peço que sente ao nosso lado direito aqui.

Professora Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, a senhora foi convocada a comparecer a esta Comissão de Inquérito, constituída com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular - Furp, envolvendo casos de corrupção no contrato para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e a ausência de planejamento e impactos de judicialização das demandas para o fornecimento de medicamentos de alto custo.

E como testemunha - a senhora foi convocada como testemunha - com fundamento nos Arts. 203 e 218, ambos do Código de Processo Penal, combinados com o § 2º, Art. 13, da Constituição do Estado de São Paulo, e Art. 3º da Lei Estadual nº 11.124, de 10 de abril de 2002, bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à espécie, cumpre-nos adverti-la que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar, ou negar a verdade a respeito dos

fatos de seu conhecimento, por incorrer no crime previsto no Art. 4º, Inciso II, da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952.

Então eu passo à senhora um termo de compromisso para que a senhora possa preencher e assinar. Muito obrigado, professora Terezinha. Professora Terezinha, como é de praxe aqui da CPI, a gente abre a palavra ao depoente por cinco minutos se quiser fazer uma breve explanação. Depois nós abriremos a palavra aos deputados inscritos. Passo a palavra a Vossa Senhoria.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Bem, cumprimento...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se a senhora puder fazer a gentileza de falar bem pertinho do microfone. Nós temos uma deficiência aqui de tecnologia.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Cumprimento agora formalmente o nobre deputado Edmir, em seu nome a todos os deputados aqui presentes, bom dia a todos. Me apresento dizendo o atributo que tenho é ter ensinado, formado e orientado muitos alunos e profissionais na qualidade de professora da Faculdade de Ciência Farmacêuticas da USP, cargo que exerço há 41 anos.

Fui nessa instituição diretora em dois períodos - 2004 a 2008; 2012 a 2016 - e também gostaria de destacar a deferência que me foi concedida por ser membro, inclusive presidindo durante um período o Conselho Deliberativo da Furp, uma instituição que foi formada, originada em grande parte por um espírito visionário do professor Tarcilo.

O professor Tarcilo, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, vislumbrando o aspecto social, tanto pensando nos pacientes com baixo poder aquisitivo, quanto pensando que muitos dos medicamentos eles não são atraentes para muitas - talvez para todas - as indústrias farmacêuticas privadas, por não serem filantrópicas.

Então eu destaco esses dois aspectos e destaco também que outra motivação que levou o professor a essa iniciativa foi a Furp se tornar um campo de pesquisa e de ensino do âmbito farmacêutico. E esses aspectos eles constam do estatuto da Furp.

Aqui na Alesp, eu já estive exclusivamente para a situação de celebração, homenagens, no âmbito da Academia Brasileira de Ciências Farmacêuticas, da qual eu

sou membro, e desta maneira eu me coloco à total disposição dentro das limitações, naturalmente, naquilo que eu puder contribuir. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, professora Terezinha, inscrita até porque foi autora do requerimento de convocação de V. Sa. a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Primeiro, cumprimentar o Sr. Presidente e os demais deputados aqui da CPI. Cumprimentar a senhora Terezinha, professora. Para presidir o Conselho, quem preside o Conselho Deliberativo é quem está na direção da faculdade ou não é uma condição “sine qua non” para que isso ocorra?

E se não é, como que foi a sua indicação? Como é que ela se deu e quais as razões da senhora ter sido indicada para presidir o Conselho.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Muito obrigada pela pergunta. Não é condição “sine qua non”. Não existe relação entre o fato de ser dirigente da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e a Presidência.

A única relação que existe é que a faculdade tem duas cadeiras dentro do Conselho Deliberativo, mas a eleição para a Presidência é feita por todos os membros do Conselho Deliberativo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então primeiro são indicados os membros, depois os próprios membros elegem o presidente?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E essa indicação dos membros é feita por quem?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - No caso da nossa faculdade, é uma eleição na Congregação da faculdade. A Congregação é o órgão colegiado máximo dentro da unidade.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quais as decisões que eram submetidas ao Conselho Deliberativo da Furp? Se a senhora puder especificar e detalhar isso, para nós

é importante até para a gente poder compreender o papel exato do Conselho Deliberativo.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito. O Conselho Deliberativo ele acompanha as ações e particularmente os convênios, os contratos, as contratações de determinadas posições de maior destaque da administração da Furp. Elas são na dependência comunicadas ou submetidas ao Conselho.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Agora, a senhora deve ter acompanhado todas essas denúncias que inclusive resultaram na implantação da CPI aqui. Tem várias irregularidades, as quais nós estamos investigando. Então a senhora disse que o Conselho acompanhava todos os convênios e todos os contratos.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Como é que o Conselho se portou diante dos contratos que foram fartamente inclusive denunciados pela imprensa da construção, por exemplo, com um superfaturamento indicativo na faixa de 25 milhões de reais? O Conselho participou disso, não participou?

Como é que o Conselho se posiciona, por exemplo, com o fato da Furp muitas vezes não ter a celeridade suficiente por parte da direção daquela empresa para poder dar rapidez na produção dos medicamentos, na entrega de medicamentos.

Ela às vezes tem capacidade para produzir uma quantidade muito maior de medicamento e não consegue porque falta uma decisão, porque os trabalhadores não podem decidir por si. Eles precisam de ordem de serviço.

É preciso que os superintendentes da empresa, os diretores, os presidentes da empresa, possam fazer isso. E de que maneira que o Conselho fazia as suas intervenções no sentido de até acompanhar e cobrar? Porque o Conselho também pode cobrar. Cobrar uma ação mais efetiva com resultados melhores para a população.

A senhora mesmo disse que a Furp produz medicamentos que não são de interesse do setor privado. Eu vou fazer uma série de colocações, depois a senhora faz uma série de respostas. Esses dias o governador do estado, numa entrevista na Jovem Pan, coloca literalmente que ele vai extinguir a Furp e ele diz com uma frieza isso tão grande. Eu

inclusive tenho essa gravação aqui e ele disse que: “Nós precisamos extinguir empresas que não deem lucro”.

Ora, na medida em que o governador faz uma declaração dessa numa empresa que presta um serviço fundamental para a população - e acho que isso aqui ninguém tem dúvida. Nenhum dos deputados daqui dessa CPI, eu tenho certeza, que têm dúvida da importância da produção dos medicamentos da Furp. Agora o Governo do Estado dizer que esses medicamentos serão produzidos pelo setor privado porque isso é papel do setor privado...

Eu quero ver o setor privado produzir os medicamentos que a Furp produz. Eu queria ver. Eu espero que isso não ocorra, porque se a gente esperar do setor privado que ele produza medicamentos, que já foi dito aqui à exaustão por várias das pessoas que estiveram na cadeira que a senhora está hoje, dizendo que os laboratórios privados não têm interesse em produzir medicamentos que hoje são utilizados.

Inclusive o ex-secretário de Saúde que esteve aqui, Sr. Giovanni Cerri, disse que a Benzetacil é uma medicação que outros laboratórios não a fazem e é usada hoje com muita frequência, por exemplo, no Hospital das Clínicas - palavras dele.

Então como é que a senhora avalia - eu queria até saber a sua opinião - quando a gente tem uma afirmação dessa do governador do estado e sabendo que a gente vai deixar, que o governo vai dar deixar, carentes segmentos da população cujos medicamentos que são produzidos pela Furp são indispensáveis para a sua saúde, são indispensáveis para tratar determinadas doenças.

Então acho que trata-se agora de uma questão humanitária e de uma questão de responsabilidade e que vai terminar no Ministério Público, a senhora não tenha dúvida. Quer dizer, se o governo de fato seguir em frente nessa sua insanidade de querer extinguir a empresa, claro que nós vamos judicializar esse processo. Não tenho dúvidas a esse respeito, até inclusive com base nas falas de muitos de vocês aqui, que se colocam frontalmente contrários a esse fechamento.

Então, eu gostaria que a senhora respondesse essas questões: como que o conselho não fazia as intervenções necessárias quando dos convênios - e alguns deles não sei se eram convênios totalmente bem-feitos -, como dos contratos, e também dessa preocupação, cada vez mais crescente, de não termos esse tipo de medicamento atendendo a população que mais precisa no estado de São Paulo.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Bom, muito obrigada. A senhora já colocou, na sua arguição, alguns pontos muito relevantes. Eu gostaria de dizer assim: o conselho, sem dúvida, procurou e procura até hoje sempre atuar da forma mais proativa possível.

Por que, em certos momentos, a produção não ocorre com a celeridade desejada? Se nós pensarmos na situação de Américo Brasiliense, em particular, houve todo um período de adequações, de registros que ainda inexistiam, uma série de particularidades. Mas, se pensarmos na Furp como um todo, por vezes os insumos não são disponíveis. Qualquer indústria farmacêutica, independentemente de Furp ou até uma indústria privada, por vezes, ela tem certas dificuldades com aspectos de insumos.

O mundo produz certos ativos em países específicos. Essa disponibilidade não é tão fácil como se fosse uma indústria de outra natureza. A indústria farmacêutica tem particularidades e sempre o conselho deliberativo tomou ações no sentido de priorizar a disponibilidade de medicamentos para a população. Isso sempre foi, para nós, um ponto crucial, e sempre buscamos atender a esse aspecto.

Concordo com a senhora que a indústria privada, ainda que assuma, em termos eventualmente contratuais ou de decisão momentânea, a produção de determinados produtos, como disse o professor Giovanni, indispensáveis para tratamento de tuberculose, hanseníase e coisas do gênero, será que isso terá continuidade? Será que nós também não vamos enfrentar... Eu digo nós porque a Furp é nossa, é do povo. Será que nós também não vamos enfrentar, por exemplo, um momento em que tudo vai transcorrer de uma maneira muito positiva e, passado um determinado período, isso passa a não mais acontecer?

Nós vivenciamos situações, por exemplo, e agora devo voltar a mencionar... Vou fazer uma certa mescla das situações da PPP, por exemplo, em que, em um primeiro momento, era um edital, uma situação que chegou, não apenas para o conselho, mas chegou para determinados setores do próprio governo, como interessante, em uma determinada cesta de medicamentos. A situação dos genéricos, a evolução; novamente, a dinâmica do setor farmacêutico, que impacta em preços; por sua vez, a necessidade de medicamentos da população, eles passarem ou não a serem supridos pelos genéricos. A situação do mundo, a situação do Brasil, que passou a dificultar a aquisição por parte de governo.

Todo um conjunto dinâmico dificultou ações da Furp e o conselho sempre reage, ou sempre age, em função de fatos, de informações que são a ele transmitidas, trazidas

pela superintendência, trazidas pelo conselho. O conselho, tendo por base todos os fatos, sempre toma as decisões que considera as mais acertadas.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Então, professora, mas o conselho também tem gestão sobre a PPP de Américo Brasiliense.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tem. Então, lá, por exemplo, eles produzem 25% da capacidade produtiva da empresa.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E também, eles recebem... O contrato que eles recebem lá, hoje, está absolutamente irregular e vem irregular há muitos anos, dando prejuízo para o estado.

Havia uma empresa que era boa, que era saudável economicamente, que era a Furp. Aí o Governo do Estado resolveu montar outra, uma parceria, para atender a não sei quais interesses. Certo? O que ele conseguiu fazer? Conseguiu criar problemas na de Guarulhos, que não os tinha, e fazer uma empresa que é ineficiente em Américo Brasiliense, que nós aqui estamos cansados de saber que é ineficiente.

Então, o conselho não conseguia, por exemplo, interferir nesse processo para dizer “olha, esse contrato aqui está equivocado, esse contrato está errado, o governo está pagando por algo que está dando prejuízo, está prejudicando o Tesouro do estado. Esses recursos, ao invés de prover o setor privado, deveriam estar sendo investidos para, por exemplo, fazer os registros”?

Aqui, superintendentes disseram que não podiam fazer registro, porque o registro é muito custoso. O superintendente, não, desculpe-me: o secretário atual da Saúde falou isso aqui. Não lembro o nome do secretário atual da Saúde, mas, enfim, é o que está...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Germann.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É. Ele falou isso aqui.

Então, afinal de contas, o conselho consegue se posicionar contrariamente àquilo que ele é solicitado ou ele apenas homologa? Ou ele é um conselho apenas homologatório de tudo aquilo que chega para ele? É isso. Quer dizer, fica um pouco duvidosa para nós a atuação desse conselho. Por que ele não reagiu? Por que ele não foi mais propositivo? Por que ele não apresentou alternativas para que a situação não chegasse ao ponto a que chegou hoje? Então, é isso que a gente entende.

Por tudo o que ouvimos aqui, soluções sempre houve. O que nos parece que houve era uma intenção deliberada para poder... Não do conselho, tá? Nisso não entra o conselho. Entrou até agora, mas, daqui para frente, não. Uma intenção deliberada do Governo do Estado de fazer o sucateamento da empresa pública para posterior extinção, o que tem acontecido em muitas empresas do estado, ou até concessões e privatizações.

Então, essa é a lógica que vem sendo adotada ao longo dos anos nos sucessivos governos tucanos, e que redundam, claro, nisso que estamos vivendo hoje. Você sucateia, você não contrata, você não abre concurso, você não faz investimentos, aí você quer o quê? Milagres não podem acontecer.

Indo à empresa, por exemplo, e ela é aberta para qualquer deputado ou deputada que quiser visitar, a de Guarulhos, você vai ver que os trabalhadores - não é porque eles estão aqui, porque isso eu falo o tempo inteiro - ainda são heroicos para poderem produzir nas condições que lhes são dadas. Não é uma tarefa fácil, na medida em que você tem o remédio produzido, mas não tem a caixinha para pôr o remédio dentro. A superintendência não compra. Isso precisa ser denunciado. Você tem o remédio, mas não tem a bula para pôr dentro, porque eles não mandam imprimir.

E aí depois vem responsabilizar a quem? Essas questões estão sendo elaboradas por nós, sistematizadas e, como eu disse, nós vamos adotar todas as medidas cabíveis, porque não é possível que a população... Não se trata de defender os 847 trabalhadores que estão lá. Não se trata disso. Trata-se de defender milhões de paulistas e não só paulistas, porque a Furp, hoje, também fornece para outros estados. Então, é poder ter acesso a uma medicação boa, efetiva e com custo zero para essa população.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Se a senhora me permitir, vou começar um pouco de trás para frente, no sentido de concordar plenamente com que, na minha opinião, tendo em vista a competência dos funcionários da Furp - e também não porque estejam aqui, pois os conheço há longo tempo e têm sim uma capacidade e um conhecimento reconhecido... Também porque sou muito crédula

de que querer é poder, de que, se nós... Outra vez, o “nós” não sou eu, não é a senhora especificamente, mas se a administração da Furp tiver a oportunidade, ela consegue. E os últimos resultados que se tem observado - e o conselho toma conhecimento desses resultados - mostram que a Furp se encontra em um processo de recuperação, digamos assim, bastante acentuado.

Se isso é real, então por que, naquele momento passado, foi feita uma fábrica? Se eu fugir das perguntas, por favor, me corrija. Por que, em um momento passado, foi tomada a iniciativa de uma nova planta em Américo Brasiliense, quando se tinha a de Guarulhos?

Veja: o conselho é figurativo? O conselho não é figurativo. É um conselho, conforme o próprio nome diz, deliberativo. É o órgão superior da administração. Entretanto, ele recebe informações e acata decisões governamentais, analisa com minúcias e, por isso, em certos momentos, é passivo a determinadas decisões governamentais. Entretanto, dentro de todos os elementos disponíveis, ele é, sim, propositivo.

Naquele momento da criação de Américo Brasiliense, tudo se mostrava favorável. Então, havia um contexto em que, mediante a necessidade de medicamentos que temos no Brasil e, particularmente, no estado de São Paulo, mas não apenas, havia uma demanda de medicamentos que tornava interessante aquela planta.

Toda a dinâmica que aconteceu daí em diante, infelizmente, mostrou que, hoje, não temos aquela capacidade produtiva na sua totalidade. Foi isso que também, no momento passado, levou a que fosse originada a parceira público-privada. Essa parceria não foi trabalhada, não foi desenvolvida, digamos assim, por parte do conselho deliberativo. Houve uma força, uma estruturação, que envolveu diferentes secretarias. Um grupo que, particularmente, tinha um conhecimento amplo sobre parcerias públicas, que havia feito um trabalho, salvo erro da minha parte, para o Metrô, para outras atividades, e que levou algo que, apresentado ao conselho deliberativo, soava como adequado, como importante e interessante.

Com a evolução dos acontecimentos, com toda a dinâmica, com muitas empresas no Brasil passando a produzir os genéricos, com aquele aspecto de competição, com os preços e com a forma como essa PPP, o contrato para ela foi estruturado tanto tendo em vista uma determinada lista de medicamentos, os 65 medicamentos, como os preços que não eram exatamente preços calculados em cima de dados, de custo de produção, de custo de mão de obra, e sim embutiam no valor acordado todo um custeio da obra, toda

uma questão de serviços... Tanto é que ele não é tido como preço, ele não paga os impostos inerentes a uma venda, mas sim a serviços.

Então, tudo isso fez com que a situação se tornasse muito complexa. A meu ver, entretanto, e não só a meu ver, todo esse contexto, especificamente da PPP, está sendo estudado. Existe todo um trabalho encomendado cujos resultados serão encaminhados à competência do estado, à Procuradoria, para que apresente propostas. Com uma dose de otimismo, que me dou o direito de ter, acredito que algumas soluções poderão, sim, nascer dessas propostas da PGR.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A senhora se refere a essas auditorias que estão sendo realizadas para verificar a viabilidade ou não das empresas.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Exatamente. Não sei se desvirtuei o caminho da pergunta, mas...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, é que... São duas coisas: ou o governo já tem o resultado dessa auditoria ou o governo vai atropelar o resultado dessa auditoria, porque, para o governador se posicionar como se posicionou há alguns dias em uma emissora de rádio da cidade, é porque ele já tem a intenção, independentemente do resultado da auditoria. Aliás, deveria estar gastando dinheiro, então... Já que ele iria fazer, não deveria nem ter feito a auditoria, porque poderia usar esses recursos para outra coisa.

Mas eu queria, para finalizar a minha participação nesse primeiro momento, dizer à senhora o seguinte: a senhora entende que a Furp, desde quando foi concebida, foi concebida para não ter lucro? É isso que estou perguntando à senhora. A senhora entende isso ou a senhora entende que ela deveria ser uma reguladora de preços de medicamentos para, inclusive, frear a ganância dos laboratórios privados, que não é pequena? Não é pequena, é só a gente olhar os preços a que os medicamentos são ofertados para a população.

E eles têm comparativos, inclusive. A Furp tem comparativos do que custa um medicamento para ela, de qual o valor desse medicamento é colocado e qual o valor do mesmo medicamento do setor privado. É uma diferença abissal.

Portanto, para finalizar, eu queria que a senhora me dissesse isso, se, no seu entendimento, uma empresa como a Furp tem que dar lucro. Se ela fosse gerida de outra

forma, ela poderia dar lucro também. Ela poderia dar, porque eles têm condições para isso. O problema é que ela foi sendo quase negligenciada em determinados aspectos e, portanto, hoje, ela não consegue, da maneira como está organizada, ser tão lucrativa como poderia ser.

Então, se fosse o caso de dar lucro, ela também teria condições para fazê-lo, só que não é esse o papel original dela, ao que me parece. O papel original da Furp é ser uma reguladora de medicamentos, medicamentos que são fundamentais para a manutenção da saúde da população. Então, queria apenas as suas observações e considerações em relação a essa minha afirmativa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Professora, antes da sua resposta à nobre deputada e aos deputados, eu quero registrar, com muita alegria, a presença do nobre deputado Caio França, que se faz presente aqui, acompanhando os trabalhos, tendo interesse que a gente tenha conhecimento nesse tema.

Devolvo a palavra a Vossa Senhoria.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - As duas premissas que a senhora colocou estão corretas. A Furp não tem por intuito lucratividade, não é o papel da Furp. Ela realmente deve exercer um papel social, conforme inicialmente havíamos dito.

Dentro deste papel social, seja o fornecimento de medicamentos do Dose Certa, então, priorizando a população mais carente, digamos, como os medicamentos que não são de interesse da empresa privada, seja para estes medicamentos, seja para todos aqueles que ela produz, atuar, sim, como um regulador de preço, de forma que a Furp se mantenha ou mantenha o País não alijado do potencial de se manter no sentido de saúde.

Aliás, se pensarmos, vou me dar o direito de dizer saúde e educação, talvez a gente pudesse pôr também segurança, mas vamos dizer que saúde e educação deveriam sempre ser priorizadas e serem do domínio do Estado. A Furp, em particular, havendo o devido investimento para que o parque industrial seja mantido atual, e todo o seu trabalho, atualização de portfólio, equipamentos também em termos ideais, ela pode manter, inclusive, a eficiência necessária a uma empresa produtiva. Não sei se atingiu o que a senhora pretendia.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Com relação ao conselho ainda, o conselho não teve, em sua opinião, uma postura leniente em relação a toda essa problemática surgida tanto na Furp quanto na CPM?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sinceramente, entendo que não, não porque eu participe desse conselho, mas em todos os momentos o conselho foi muito responsável. Por vezes, também na questão da logística; por vezes, o medicamento tem que chegar à população, ele tem que existir à população, mesmo em alguns aspectos, por exemplo, quando o conselho pode ter sido considerado culpado, digamos assim, de não ter tido uma ação de defesa quando certas questões judiciais foram elaboradas, e não haver ação mais proativa nesse sentido.

Entretanto, em todo o momento, o conselho foi extremamente atuante, assim como a Furp também foi.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas ele chegou a encaminhar alguma preocupação, elaborar alguma preocupação, formalizar alguma preocupação para a Procuradoria-Geral do Estado e para os órgãos competentes, no sentido de observar as possíveis irregularidades que, porventura, estivessem ocorrendo? Em algum momento, a senhora se recorda se foi feito isso? Para quem e de que maneira?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sim, se nós pensarmos, vamos dividir talvez aqui o conjunto, não é? Se nós pensarmos em aspecto de construção da planta de Américo Brasiliense, o conselho se posicionou, a Furp se posicionou, avaliando todos os aspectos de necessidade de ter havido ou não, admitir que o...

Perdoe-me agora, eu me perdi um pouquinho. De não poder questionar certas dívidas que estavam sendo colocadas, porque o conselho, assim como a Furp, tem que ter razoabilidade, tem que responder também com honestidade, respeitando a economia e a economicidade que se faz necessária, tanto para a Furp quanto para o governo, mas sem falsear os fatos, isso quando pensarmos Américo Brasiliense.

Quando pensarmos no aspecto dos produtos que estão sendo fabricados, a questão dos preços, etc., aí também nós temos que pensar que o conselho e a Furp, em conjunto, encaminharam à PGE uma consulta. Então, tanto a parte inicial que eu disse quanto esta, no aspecto da PPP, está tudo documentado no sentido de que houve uma pergunta.

“A Furp deve continuar pagando, embora os preços sejam acima daqueles preços considerados os de ata ou aqueles praticados pela empresa privada?” A resposta recebida foi de que sim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Que era para continuar pagando?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Que era para continuar sendo pago, isso está documentado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A senhora tem esses documentos? O conselho tem?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O conselho... Quer dizer, eu pediria para que a própria Superintendência da Furp, se for o caso, encaminhasse este documento.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu pediria ao presidente para que...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos solicitar isso.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Para que nós fizéssemos a solicitação disso que acabou de ser exposto aqui, porque é uma comprovação ou da ineficiência da PGE ou, então, se ela estava muito mal intencionada, porque, na medida em que a senhora está nos trazendo essas informações, e a PGE ser conivente com que o Estado pague um valor acima daquilo que estava na ata...

Porque não foi a primeira vez que isso foi dito aqui, isso foi dito anteriormente, mas foi a primeira vez que foi dito que teve o aval da PGE. Portanto, essa documentação precisa estar aqui nesta CPI.

O SR. ALEX DE MDUREIRA - PSD - Eu queria só consultar, eu sei que é aniversário da Beth hoje, toda reverência a você hoje, Beth, mas o tempo, eu acho que já...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Já acabei, apesar de que são dez minutos que eu tenho direto, mais dez minutos da minha fala.

O SR. ALEX DE MDUREIRA - PSD - Mas no aniversário foi quinze.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Da minha fala, porque se computar aquilo que ela responde, a gente não consegue fazer intervenções nem de dois minutos. Então, a minha fala tem dez minutos. Acho que deu mais ou menos isso. Eu não sei se a secretaria da comissão ou se a secretária da comissão está marcando.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Está tudo bem. Muito obrigado, nobre deputada Beth. Antes de passar a palavra ao nobre deputado Alex de Madureira, que é o próximo inscrito para fazer as suas considerações, quero registrar, com muita alegria, a presença dos vereadores do município de Osasco Alex Sandro de Souza Sá, Cláudio Henrique da Silva e Daniel Matias, do Sr. Pedro Sotero, que é secretário da Fazenda do município de Osasco, e do empresário Bruno Sindona.

Muito obrigado pela presença de vocês aqui também, acompanhando a nossa CPI. Passo a palavra...

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Só para registrar a presença do vereador Romildo, de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Romildo, de Guarulhos. Muito obrigado pela sua presença também.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É só para a gente também ter acesso às atas do conselho, Sr. Presidente; se V. Exa. pode fazer essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vamos solicitar isso. Passo a palavra ao nobre deputado Alex de Madureira, pelo tempo regimental.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Posso falar, Beth? Então, está bom. Cumprimentar aqui a professora Terezinha. Estava dando uma olhada no currículo da senhora aqui, quase que eu não cheguei ao final. Se passar a reunião toda aqui, a gente

não chega ao final do currículo. Meus parabéns não só pela sua formação, mas também por todo o trabalho realizado no decorrer dos anos. Meus parabéns.

As minhas perguntas são bem objetivas e bem simples, vou tentar não usar o tempo que me é colocado aqui para poder usar, mas, de uma forma objetiva, tentar aproveitar a vinda da senhora aqui hoje. Eu estou tentando, em cada um daqueles que vêm a esta CPI, montar o meu juízo de valores de tudo que está acontecendo com a Furp, o que foi idealizado lá atrás, o que aconteceu durante os anos, como nós chegamos ao ponto que nós estamos hoje e de que forma nós podemos resolver isso.

Eu já disse, por várias vezes, nesta CPI, que a nossa intenção aqui não deve ser cavarmos buraco, ficar procurando coisas. Eu acho que nós temos que ter um pensamento proativo, nós pensarmos: “nós temos um problema nas mãos hoje, infelizmente, nós temos um problema nas mãos”. Então, nós temos que pensar de que forma nós podemos resolver esse problema, de que forma nós podemos sair de uma crise e quais as ações que nós podemos tomar para resolver esse problema.

Acho que esse tem que ser o pensamento desta CPI, pelo menos é o meu. Eu tento, lógico, convencer todos os colegas, para que nós vamos no mesmo pensamento e no mesmo caminho. Se nós ficarmos procurando problemas antigos, que a Justiça já está fazendo isso, o Ministério Público, já tem investigação. Eu acho que o nosso pensamento tem que ser diferente. Nós temos que pensar o futuro.

A primeira pergunta que eu ia fazer para a senhora é: qual o período que a senhora presidiu o Conselho Deliberativo da Furp?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - De 2009, eu teria que ver, eu tenho marcado o mês.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Por que a senhora ainda faz parte do conselho?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Ainda faço...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Porém, a senhora presidiu por um período?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Não precisa ser com exatidão, do ano tal ao ano tal.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu trouxe um resumo aqui. Como presidente, de 10/09/2009 até 09/10/2001, desculpe, estendendo ao outro mandato, porque a gente pode ter dois mandatos consecutivos, até 20/10/2014. Então, 10/09/2009 a 20/10/2014. Fora isto, houve um pequeno período, mas, assim, foi substituindo, 06/05/2002 a 25/08/2002, aí foi, certamente, substituindo alguma circunstância muito específica, mas o período maior é o que eu lhe disse há pouco.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Desde quando a senhora faz parte do conselho?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu participei do conselho, a minha inserção foi em 15/09/96. Aí ocorreram períodos de ausência, períodos de término de mandato, quer dizer, não foi contínuo.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Entendi. E qual o papel do Conselho Deliberativo? A senhora poderia explicar, especificamente na Furp? Qual o papel do Conselho Deliberativo?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O Conselho Deliberativo tem por meta acompanhar as ações, ser um conselho, de fato, que acompanha, que se mantém atuante perante todas as ações a serem desenvolvidas, como eu disse, enquanto convênios, enquanto contrato, enquanto avaliar a admissão dos cargos de direção da Furp, balizar relatórios, aprovar as prestações de contas.

Eu não estou aqui enumerando, exatamente. Teríamos que ler...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - O escopo.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O escopo, mas, em essência, seriam essas as ações.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - O Conselho Deliberativo participa da administração? Decide a administração?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O Conselho Deliberativo participa...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Desculpe, o deputado Cezar falou alguma coisa?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Ele participa e ele se baliza muito no que a superintendência leva ao conselho, porque o conselho tem, no geral, duas reuniões mensais. Nessas duas reuniões mensais, nós recebemos todos os documentos essenciais que a superintendência apresenta.

O conselho recebe este material, anteriormente à reunião, analisa e discute com muito cuidado, com muito zelo, para que as decisões sejam as mais acertadas.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Nesse tempo em que a senhora está no Conselho Deliberativo da Furp, qual foi o melhor momento que a senhora viu a Furp viver e o pior momento?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Pergunta difícil. Um dos piores, um dos momentos mais difíceis - eu diria - para o conselho, foi justamente quando nós vivenciamos essa situação de decidirmos sobre a questão de Américo Brasiliense.

Foram momentos muito, muito difíceis, tanto é que se o senhor observar quantas vezes nós discutimos esta questão, pedindo documentos adicionais, pedindo que posições adicionais fossem levadas ao conselho para que nós tivéssemos as decisões mais assertivas possíveis. Então, este foi um momento muito, muito difícil.

Também, agora, estamos vivenciando um momento extremamente difícil e delicado, quando vemos esta possibilidade apresentada pelo governador de, eventualmente, a Furp encerrar as atividades. Nós ainda acreditamos - e, por isso, eu disse há pouco - que haja a possibilidade, apesar de um fala do governador Doria, mas que ainda haja a possibilidade de desdobramentos, de decisões que sejam sobre a Furp ser mantida, e de ser reavaliado o contrato, de uma maneira que ele possa ser alterado,

modificado e que possa ver a continuidade das ações, respeitando, evidentemente, as ações governamentais.

Eu não sei se eu estou sendo objetiva e respondendo adequadamente as suas perguntas.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Sim, a senhora está abrindo um pouco, mas é importante isso, é importante, eu acho que para todos nós. Na opinião da senhora, qual a saída? O que nós podemos fazer? Como a senhora disse, a senhora está sempre falando no plural, no plural se incluem todos nós que estamos aqui.

Eu também me sinto parte da Furp, até porque é um órgão, uma fundação do estado São Paulo, então, pertence a todos nós.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Sendo nosso, não é só dos funcionários, não é só de quem utiliza. Eu acho que é de toda a população do estado de São Paulo. Então, na opinião da senhora, a senhora que vivencia a Furp há muitos anos, participa ativamente, foi presidente do Conselho Deliberativo, é ainda do conselho, vivencia a área de farmácia como profissão e como docente que é. Eu gostaria de perguntar para a senhora: na sua opinião, o que nós poderíamos fazer para resolver o problema na Furp, uma vez que eu já entendi, das palavras da senhora, do seu entendimento, que haja o fechamento, mas que exista uma saída? Na sua opinião, qual seria essa saída?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não tenho a pretensão de ser a dona da verdade, não tenho a pretensão de ter conhecimentos suficientes...

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Claro, até por isso que eu perguntei a opinião. Na opinião da senhora.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Muito obrigada pela possibilidade de dar esta opinião. Então, eu penso que pudesse ser equacionada a situação. Então, reavaliando o contrato, reavaliando a forma de administração da Furp

enquanto Américo Brasiliense, enquanto como conduzir a produção, seja terceirizada, seja por algum mecanismo, em Américo Brasiliense, que permita a continuidade...

Veja, existe lá um prédio; não apenas um prédio, toda uma estrutura farmacêutica, toda uma instalação, equipamentos, uma coisa muito valiosa e que poderá ser mantida. Não conheço a melhor estratégia administrativa, mas certamente o serviço público, com a sua competência, irá desenhar isto. E Guarulhos, eu entendo que possa ser mantida com uma administração governamental plena. Este é o caminho que me parece mais razoável.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Obrigado. Obrigado, presidente. Obrigado, professora. Mais uma vez, agradecer a sua presença aqui e parabenizar, mais uma vez, pelo seu currículo, pela sua história e por tudo o que a senhora já contribuiu e contribui para a Saúde, para a farmácia, no estado de São Paulo e no Brasil.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu que agradeço, nobre deputado Alex de Madureira.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado Alex de Madureira. Está inscrito, aqui, o nobre deputado Cezar.

O SR. CEZAR - PSDB - Bom dia, Dra. Terezinha. Todos os que vêm aqui falam bonitinho igual à senhora. “Sou um santinho”. São doces aqui na CPI. Essa CPI foi montada por causa de uma denúncia aí. E aí, todos os que vêm aqui, é como o Alex fala... O deputado Alex tem o costume de puxar o currículo das pessoas, né. E a gente nota que foi escolhido a dedo. Quem indicou a senhora para a Furp?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Foram os colegas... Como eu disse, dentro da faculdade, a gente tem os diferentes órgãos colegiados pelos quatro departamentos. E os quatro departamentos, mais os funcionários, mais os alunos, todos esses entes têm representante no que a gente chama de congregação. A congregação, então, é esse órgão colegiado máximo, e ele elege os seus indicados para representar a faculdade em diferentes situações. Assim foi no caso da minha indicação para a Furp, assim como de outros colegas que também participam comigo na Furp.

O SR. CEZAR - PSDB - Quantas pessoas tem no conselho deliberativo?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Meu Deus. Pergunta simples que agora eu vou...

O SR. CEZAR - PSDB - Eu noto que nas perguntas fáceis a senhora tem dificuldade. O meu colega, o deputado, perguntou para a senhora assim: “qual é o momento bom e ruim?”. E a senhora disse assim: “eu não sei, eu vou pensar”. A senhora sabia que a Furp tem o ISO 9000 e a senhora não falou isso. Então, a senhora está há tantos anos na Furp e não tem acompanhado a Furp. E está no conselho deliberativo. Não era fácil a senhora falar para o meu colega assim: “olha, a Furp já teve ISO 9000”? A senhora está lá. Não sabia disso?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sabia. A Furp...

O SR. CEZAR - PSDB - Então por que não falou?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Porque não entendi assim a pergunta.

O SR. CEZAR - PSDB - As coisas são simples. Nós trouxemos a senhora aqui para nos explicar.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Certo.

O SR. CEZAR - PSDB - Todos os que chegam aqui, da Furp, seja lá da direção, de onde for, vêm sempre com essas palavrinhas, vêm com conversinha. Vocês nunca pensaram nos funcionários da Furp. Nunca. Vocês pensaram só em si próprios. Um conselho deliberativo que o consórcio das empresas entra com um processo de 18 milhões, e vocês, no conselho, aprovam. Como que pode isso? Explica para mim. Hoje eu não sei como vocês dormem sabendo que o governador pode desestatizar a Furp.

E outra: a minha colega, aniversariante hoje, está errada. O governo, para tomar uma atitude, tem que fazer auditoria. Como vou exterminar uma coisa sem auditoria?

Explica para mim. Aí, ela fala: “ele gastou dinheiro com auditoria”. Tem que gastar dinheiro com auditoria para saber o que vocês fizeram com a Furp. Porque quem montou a Furp foi o PSDB. Não foi o PT; foi o PSDB que montou a Furp. E na época em que montou, era uma coisa extraordinária. Certo?

Hoje, com a auditoria que foi feita, dá-se um jeito de desestatizar, por culpa de vocês, não dos funcionários, que já ganharam o prêmio ISO 9000. E vocês, no conselho deliberativo... E o consórcio das empresas e as PPPs que passaram pela senhora no conselho deliberativo, e a senhora aprovou. Esse conselho aprovou essa PPP. De 200 milhões, caiu para 90. Os remédios, lá, custam 34. Explica para nós como que fecha essa conta, porque os funcionários estão aí, trabalhadores que levantaram a Furp.

Foi a direção da Furp que está empurrando-a para o buraco, como a senhora disse aí. E a senhora fazia parte de... Sabe o que eu acho engraçado, doutora? Esse currículo vantajoso que o meu colega Alex fala de vocês é assim... Sr. Presidente, presta atenção. As coisas vão acontecendo, e eles vão fechando os olhos. E os trabalhadores trabalhando. Um dia, essa corda ia quebrar. Aí, quebra sempre do lado mais fraco. Pode ver que ela continua lá. Todos os que passaram por aqui continuam. Fizeram essa pouca vergonha com esses funcionários que estão lá. E afundaram a Furp.

Explica para mim como foi feita essa PPP? Por que a senhora cita os genéricos direto? Outra coisa: esse consórcio, que levou 24 milhões de reais do fundo do povo, que paga IPTU, que paga o ISS, o ISSQN... Esse dinheiro sumiu, foi para onde? E passou no conselho deliberativo. Eu estou falando assim com a senhora porque eu falo assim com todos. Eu tenho raiva de corrupção. Eu sou um cara anticorrupção. Por isso que eu fico olhando a minha colega do PT falar, eu fico indignado.

Me responde primeiro: por que a senhora estava lá no conselho deliberativo, e o consórcio das empresas levou o dinheiro nosso? Explica para mim a PPP que foi feita, se a senhora estava no conselho. O que eu noto, desse conselho, é que vocês são a rainha Elizabeth. Estavam lá, e quem mandava estava embaixo. Explica para mim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu agradeço muito...

O SR. CEZAR - PSDB - Não, não tem réplica. Pega o artigo, que não tem réplica.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado, ela está pedindo “pela ordem”. Não está pedindo um aparte.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não estou pedindo aparte. Aliás, eu tenho que lhe dizer uma coisa: na semana passada, V. Exa. falou da minha ausência aqui. Eu quero dizer: das 22 sessões que teve...

O SR. CEZAR - PSDB - Não tem réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, qual é a ordem?

O SR. CEZAR - PSDB - Isso aqui não é uma discussão de plenário, é uma CPI!

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Das 22 sessões que teve, eu me ausentei em uma. Ele se ausentou em oito. O senhor fica quieto no que o senhor está falando, porque estou falando!

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Não é réplica, é “pela ordem”. Qual é o questionamento, nobre deputada Beth?

O SR. CEZAR - PSDB - Eu não a deixei falar, Sr. Presidente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu ouvi o que ele falou. Eu vou me ater ao que ele falou. Primeiro, a Furp não foi criada no governo do PSDB, para a sua informação. Foi criada em 1968. E foi, com lei, em 1968; passou a funcionar em 1974. Ao que consta, não era o PSDB o governo do estado. Procura saber quem governava naquela época. Não era o seu partido.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, qual é a questão?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Só isso que eu vou falar. Eu tenho outras coisas para falar.

O SR. CEZAR - PSDB - Tem que falar para mim quem era o governador...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Ele tem que aprender a dizer... Eu falei aqui e fiz críticas ao governo. E o seu governador, sim, antecipou a extinção da Furp; está aqui gravado. Se V. Exa. quiser ouvir, depois eu posso lhe enviar. Inclusive, vou enviar até para a secretária da Mesa; ela passa para o senhor. É só isso.

O SR. CEZAR - PSDB - Isso aqui é uma CPI. Discutir eu discuto com ela no plenário.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas à vontade.

O SR. CEZAR - PSDB - Eu deixei a senhora à vontade de falar. A senhora falou um monte de asneira aí, eu deixei.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu discuto com V. Exa. em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelências, vamos retomar o trabalho. Passo a palavra para a Terezinha, para fazer as respostas ao deputado.

O SR. CEZAR - PSDB - Tenha pulso firme nesse negócio. Se não, essa CPI não anda. Eu não vou ficar discutindo com deputado aqui. Eu deixei falar, pô. E tem que ser feita auditoria.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, excelência, eu vou ter pulso firme. Vamos ouvir a professora Terezinha, por gentileza.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Bem, primeiro eu quero agradecer-lo por me ajudar a lembrar a época áurea da Furp, porque realmente, quando fui perguntada inicialmente, eu fico tão apreensiva com os momentos ruins, que eu foquei nos momentos ruins. E os momentos difíceis, ruins, foram aqueles quando a

gente lidou com dificuldades de Américo Brasiliense; e quando a gente lida, agora, com a situação em que chega a ser cogitado o fechamento.

Concordo plenamente com o senhor que não desejamos a desestatização, de forma alguma. A ISO 9001, que foi, sim, uma prerrogativa... E, na sala do conselho deliberativo, onde nós nos reunimos, nós temos os quadros, nós ficamos muito felizes com essas conquistas da Furp. Isso foi o momento glorioso da Furp, sim.

Quero também lhe dizer: por favor, de jeito nenhum o senhor considere que o conselho foi passivo frente a todos esses problemas, a todas essas situações. Por exemplo, quando chegaram as situações que foram, inclusive, contestadas, quanto à Furp ou ao conselho deliberativo ou ao conjunto... Nós não termos contestado o parecer da juíza dirigindo ao pagamento da multa num determinado momento. Não foi assim, porque no âmbito administrativo a Furp havia, sim, contestado muito, reduzido valores de uma maneira muito grande.

Eu não vou saber, agora, falar os valores, as cifras específicas; eu teria que consultar esses dados. Porém, houve uma redução, tanto levantada pela gerência financeira da própria Furp, quanto pela Uniemp, que era a gerenciadora da obra, quanto depois de promulgada a sentença, também houve... A Furp recorreu da sentença no que diz respeito ao chamado valor de sucumbência. Eu não sou advogada, mas a gente vai aprendendo determinados termos, pela circunstância. E aí o conselho acabou, sim, aprovando, pelas circunstâncias, que a superintendência negociasse, digamos assim, com a empresa que trabalhava, o consórcio que era responsável pela construção da planta, no caso.

Caso contrário, por tudo o que nos foi apresentado, nós iríamos incorrer no que se chama de litigância de má-fé. Isto porque quando se faz uma declaração, quando se busca uma defesa, ela tem que ter fundamento. E os fundamentos foram levantados no âmbito administrativo. Então, não era mais pertinente recorrer. E, na ocasião, a superintendência da Furp apresentou ao conselho uma posição como sendo aquela de maior “vantajosidade” para a Furp. E também para o estado. Se é vantajoso para a Furp, é vantajoso para o estado, é vantajoso para a população.

Eu não sei se respondi as questões que o senhor levantou, mas também hoje, com relação à PPP, igualmente, o conselho deliberativo entende que não foi o conselho; neste caso, realmente não foi o conselho que desenhou a PPP. Ela foi desenvolvida e voltou, hoje, a ser trabalhada por uma comissão específica. Eu havia dito anteriormente que muito mais do que o conselho, muito mais do que a própria Furp, existe uma

comissão de vários segmentos que de fato têm conhecimento de como se trabalhar uma parceria público-privada. Por favor, me diga se eu omiti uma das questões que o senhor apontou.

O SR. CEZAR - PSDB - A senhora demora muito para responder. É cansativo. Uma coisa simples de responder. A senhora fazia parte do conselho deliberativo e sabia da denúncia. Todo mundo sabe dessa denúncia, do dinheiro que foi gasto. O que a senhora me explica disso? Eles foram lá e entregaram vocês de bandeja. “Olha, nós pagamos propina para a Furp”. Dê o nome das pessoas que receberam a propina.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não foi assim, Sr. Deputado, por favor.

O SR. CEZAR - PSDB - Olha, nós já interrogamos vários aqui. Todos sabem disso; só a senhora que não, que estava no conselho deliberativo. E as coisas têm que passar pelo conselho. Não é o deliberativo, não é o que delibera? Vocês não têm essa função? Então, vocês tinham conhecimento. Vocês eram os primeiros a ter conhecimento. Quem não tinha conhecimento da corrupção eram os trabalhadores, que ganharam esse prêmio ISO 9001. Esses não tinham conhecimento.

Mas vocês, lá em cima, sabiam de tudo. E por que as empresas, o consórcio recebeu esse dinheiro? Vocês sabendo que podiam contestar, e ninguém fez nada. Vocês se omitiram, e o consórcio recebeu não os 18 que eles pleiteavam; eles receberam 24 milhões. É isso que eu queria entender, que a senhora respondesse, que não desse volteio. Fala “sim” ou “não”. A coisa é simples.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Foi pago o que se apresentou como devido. A respeito de eventual corrupção, se aconteceu, o conselho em momento nenhum teve conhecimento. E, se aconteceu, eu posso dizer-lhe: foi fora do nosso conhecimento, foi fora da estrutura Furp.

O SR. CEZAR - PSDB - Terezinha, o Brasil sabe disso. O que eu quero que a senhora entenda é uma coisa: o Brasil sabe dessa notícia, todo mundo sabe. O conselho não sabia...

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Pelo noticiário.

O SR. CEZAR - PSDB - Então, mas houve a corrupção. Como é que vocês, no conselho, não contestaram ou não foram contra o consórcio? O consórcio... “Ah, então eu vou construir Américo Brasiliense; de repente, eu entro com uma dívida de 18 milhões”. E vocês ficaram todos quietos, omissos; ninguém foi lá defender, deixou correr a coisa... Aí, vem uma pessoa e fala assim: “olha, nós demos propina”.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - De forma alguma. Se o senhor pensar no momento em que ocorreu o pagamento, no momento em que a decisão foi tomada, todos os elementos disponíveis levavam a esta decisão. Hoje, a mídia apresenta a corrupção. Dentro do conselho, dentro da Furp, não temos qualquer elemento que confirme a corrupção.

O SR. CEZAR - PSDB - Olha, Dra. Terezinha, a PGE sabia?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sabia do quê?

O SR. CEZAR - PSDB - Vocês avisaram a PGE de tudo isso que acontecia em Américo Brasiliense? Vocês tinham todos os dados de Américo Brasiliense, não tinham? A senhora fazia parte do conselho. E aí foi avisada a PGE? Notificou?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Fizemos a pergunta à PGE com relação ao preço do medicamento. Nós perguntamos se deveria continuar sendo pago apesar da discrepância, como disse há uns minutos.

A PGE orientou que sim. E, paralelamente, estar desenvolvendo todo um trabalho. Não é, também, uma atividade passiva.

E, com relação a Américo Brasiliense, depois de termos os dados confirmados pela gerenciadora da obra, Uniemp, pela gerência jurídica, financeira, administrativa da Furp e pela jurídica da Secretaria de Estado da Saúde, pelo órgão grupo de edificações da Secretaria de Saúde, todos eles nos reafirmando “é devido ao pagamento”.

Com todas essas evidências...

O SR. CEZAR - PSDB - Dra. Terezinha, a senhora sabia que o remédio da Furp, na farmácia, custava mais caro do que os laboratórios particulares? A senhora tinha ciência disso?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não especificamente.

O SR. CEZAR - PSDB - Mas sabia.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O remédio...

O SR. CEZAR - PSDB - A senhora alegou agora aí que mandou para a PGE o contrato que era altíssimo. E eles falaram “pode continuar”. Se era altíssimo, como nós já constatamos aí, a PPP só levou vantagem. Até eu queria participar dessa PPP, porque foi astronômico esse contrato com a PPP.

E vocês sabendo que, na farmácia, o remédio da Furp era mais caro do que o dos laboratórios particulares, continuou assim mesmo.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O senhor, por favor, poderia considerar cada um dos medicamentos. Quando a gente fala que algum é mais caro, há que se considerar um e outro. Fala-se “o mais caro” no nível de médio, de valor médio.

O SR. CEZAR - PSDB - Não, Dra. Terezinha, não estou falando nesse nível. Estou falando no nível assim, do contrato da PPP, que era muito alto. Não tinha como esse remédio ser mais barato.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Ah, sim. Isso o conselho teve conhecimento.

O SR. CEZAR - PSDB - Tá vendo como eu faço uma pergunta e a senhora vai para outro lado? Quem vai pagar isso tudo são os funcionários, hoje, que trabalharam, que deram de si o melhor, por conta de uma direção errada de vocês.

Vocês é que, sabendo... Olha, se tudo corresse bem, não estava no Ministério Público e nem nós estávamos sentados aqui. E a senhora continuava no deliberativo.

Então, o que me indaga, é assim. Quando uma pessoa chega lá em cima em um cargo e vê as coisas erradas, eu fui criado assim, doutora, eu vou lá e me demito. Eu não participo mais disso.

Então eu mando para a PGE, a PGE, chegando a mim, fala “vai continuar”. Eu falo “eu não continuo mais, está aqui a minha demissão”. Era o mais justo a fazer. Não continuar com isso aí, que chega ao Ministério Público, que hoje vai custar esses funcionários que trabalharam e que ganharam o ISO 9001.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu só gostaria de contrapor ao senhor, por favor, que o medicamento Dose Certa chega gratuitamente para a população. E é por isso que nós continuamos, por isso e por outros...

O SR. CEZAR - PSDB - Ora, doutora, eu tenho consultado aqui na CPI, as prefeituras não recebem. É o caos total.

Quando eu vou à prefeitura e pergunto se eles recebem o remédio da Furp, “você está brincando comigo, deputado?”. Então, a coisa da Furp, ela não ficou séria a partir do momento...

O que eu quero dizer para a senhora é que, com todas as evidências que estão aí. Que estão aí, não sou eu que estou colocando não, é a promotoria pública, é o delator, são os caras que receberam a propina. Se eu chego lá e o cara fala para mim “vai continuar, o remédio custa cinco, nós vamos vender a 25”. Eu pego e falo “olha, toma a minha demissão”. Eu não continuo com isso aí. Ia acabar nisso que nós estamos vivendo hoje. Uma CPI. Porque a coisa foi tão desorganizada, a coisa é tão desorganizada, que vocês deram 24 milhões para o consórcio, aceitaram uma PPP que é uma coisa ilícita. Outro dia veio o cara do transporte aqui e eu fiquei abismado com o transporte. O transporte é uma coisa inédita, 34 milhões para transportar os remédios. Para o transporte dos remédios.

Então, aquilo se alastrou dentro da Furp. E vocês continuaram lá mesmo sabendo que as coisas estavam erradas.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu concordo com o senhor que deve haver...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Um minuto, Terezinha. Para ser enérgico, nobre deputado. Seu tempo já esgotou.

O SR. CEZAR - PSDB - O que, Sr. Presidente? Eu estou aqui para cumprir o meu mandato. Eu fui convocado para essa CPI para participar da CPI, não para jogar flor em ninguém aqui. Eu só sinto pelos funcionários.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E faz muito bem o seu papel, Excelência. Parabéns.

O SR. CEZAR - PSDB - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Com a palavra, Terezinha, então, para a resposta ao deputado.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Bem, nós temos que considerar, então, que a própria Furp, mesmo antes da CPI, já havia instaurado, na gestão atual, pela superintendência atual, já havia instaurado uma sindicância e a informação que o conselho tem é a de que essa sindicância não detectou qualquer aplicação do recurso público indevidamente.

E, no que tange à CPI, entendo que ela deva prosseguir e investigar tudo que deva contribuir, sempre em prol da defesa pública.

O SR. CEZAR - PSDB - Sr. Presidente, para uma questão de ordem, só uma... Que conste em ata aí, por favor, que ela acha correto pagar o dinheiro ao consórcio. Que conste em ata aí que a Dra. Terezinha acha correto pagar o dinheiro ao consórcio. Mesmo o MP, todo mundo contra, ela acha correto.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Por favor, eu peço que seja considerado o que eu falei até o momento. Não de uma maneira tão simplista. Por favor.

O SR. CEZAR - PSDB - Acabou de falar aí, agora. Aqui nós estamos ouvindo o que a senhora fala. A senhora acabou de repetir, eu repeti para constar em ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós vamos constar em ata o que a depoente fala e o que o deputado coloca também. Os senhores são relatores - vamos votar um relatório - e definem o que vai estar dentro do relatório ou não.

Inscrito, agora, o nobre deputado Thiago Auricchio.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Terezinha, agradeço o comparecimento da senhora aqui. Como o deputado Alex bem colocou, parabênico pelo currículo da senhora, que é exemplar.

Minhas perguntas também são muito objetivas, muito simples. À época em que a PPP, o contrato de PPP, foi aprovada a senhora já era presidente do conselho.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Perfeito.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - E a senhora, com um currículo desses, tinha um cargo técnico dentro... acredito que um cargo técnico dentro da Furp. Essa modelagem contratual da PPP, com vinculação de preços com base na tabela CMed pareceu estranha no momento em que foi realizada?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - É muito difícil falar hoje, porque, à época, fomos convencidos de que havia razoabilidade. Hoje, nós entendemos que, de forma alguma, deveria ter sido feito dessa forma. Deveria ter sido desvinculado. E até o questionamento de haver o preço CMed como um valor a ser pago pelo medicamento e, no caso em que se pôs, incluindo serviços, incluindo obras, concordo plenamente: à época foi aceito. Por que foi aceito? Toda uma estrutura conhecedora de PPPs, todo um conhecimento específico nos levou a esse conhecimento.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Depois de um ano, assim, que vocês perceberam que esse contrato era lesivo para o estado, a senhora se sentiu enganada em algum momento por isso ou não? Decepcionada? Enfim...

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sim, nós sentimos que não era o caminho ideal. Foi quando, realmente, começamos a ter estranheza e isso

resultou, inclusive, no questionamento. Entretanto, obtivemos a resposta de que isso deveria ser mantido.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Quando vocês foram aprovar esse contrato no conselho, teve algum agente público que fez uma defesa desse contrato? Como foi feita essa discussão? Alguém convenceu vocês? Só essa consultoria de PPPs? Como foi essa discussão dentro do conselho?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Foi, realmente, esse grupo, a nomenclatura do grupo eu não vou saber dizer, mas é um grupo que trabalha especificamente com parcerias público-privadas. Isto, a nós levada pela superintendência, que nos mostrou que seria um caminho adequado.

E o conselho acatou, sim. Entendeu isso, na época, como convincente.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Entendi. E, só para finalizar as minhas perguntas, teve alguém que foi extremamente incisivo, que quis forçar de qualquer jeito a aprovação desse contrato, dessa modelagem de contrato? A senhora se lembra de alguém que queria, de qualquer jeito, aprovar esse contrato?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não posso lhe dizer isso. Não tenho essa lembrança explícita.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado. Nobre deputado Caio França não participa da comissão, mas acompanha todos os trabalhos, inclusive tem trocado ideias conosco e até nos orientado em determinados casos. Quer fazer uso da palavra, tem a palavra por até cinco minutos, Excelência.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito. É suficiente. Presidente, agradeço aqui, saúdo V. Exa. e todos os membros, cumprimento a Sra. Terezinha, os funcionários da Furp que estão aqui e os vereadores, especialmente os de Guarulhos, que nos acompanham.

Eu vou deixar de lado a questão do contrato feito, porque acho que os colegas estão acompanhando há mais tempo isso daqui e investigando com mais clareza. Eu quero me ater à questão da ideia do governador de fazer a desestatização. Eu gostaria, a senhora já falou, mas eu gostaria de ter mais claro isso.

A senhora é, declaradamente, contra qualquer processo de fechamento da Furp Guarulhos e de um modelo diferente do atual, correto?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Correto, porque eu acredito que, dentro dos princípios da administração pública, consta a eficiência, consta a economicidade, consta moralidade, e eu acredito, com boa fé, que haja capacidade para se... E outros elementos que eu não me lembrei agora de falar, mas que haja capacidade administrativa para se fazer um bom trabalho.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - A senhora ouviu, assim como todos nós aqui, o áudio do governador João Doria a respeito do fechamento da Furp, de que é uma decisão tomada já e que já tem um projeto de lei sendo elaborado, a ser mandado para esta Casa no próximo mês?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu confesso que cometi a falha de não ouvir o vídeo. Eu ouvi os comentários a respeito.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - O áudio a senhora não ouviu?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não. Com todas as falhas que admito, mas o tempo... e eu acabei não ouvindo na íntegra o vídeo. Os colegas comentaram comigo a respeito.

Quero crer que, isto, ele vá avaliar como conduzir. Como eu disse, conduzir para obter eficiência na condução das atividades.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Eu entendo que todos os conselhos, por mais que, às vezes, a gente perceba que os conselhos têm funções deliberativas e que, muitas vezes, acabam sendo mais consultivos do que de decisão, mas acho que ali tem pessoas capacitadas, como a senhora, que é técnica, que conhece, que é professora, que é uma referência nesse universo.

Se o conselho tivesse condição e, talvez partindo da senhora, uma orientação de que o caminho traçado pelo governador não é o caminho mais correto, e aí mostrando tudo o que a Furp já fez, acho que seria positivo, que pelo menos demonstraria que o conselho da Furp tem uma posição diferente daquela trazida pelo governo. Porque, pelo áudio, depois posso até passar para a senhora, tinha pensado em colocá-lo aqui, mas, para não criar isso, vou passar para a senhora diretamente o áudio do governador no qual ele diz que não tem mais outra saída, que ele sabe que algumas pessoas vão esperar, os funcionários vão brigar, mas que, politicamente, cada um tem o seu lado e o lado dele, como ele já propagou na campanha, é de desestatizar e, por conta disso, vai fechar a Furp.

Então, claro que deixou todos os funcionários que aqui estão preocupados, porque, da maneira como se fala, é uma decisão dele e ele não vai escutar nem conselho da Furp e nem alguém que conheça o tema. A Constituição Federal é clara, é papel do estado, sim, também a produção de remédios.

Quando você consegue fazer isso, entregando com mais qualidade, com um preço menor, tirando aí o fato de Américo Brasiliense, da CPM e tal, mas talvez seja importante que alguém da área pudesse orientar o governador. Porque, às vezes, essa lógica de fechar tudo, acabar com tudo, em especial... E eu falo aqui com muita tranquilidade, porque, inclusive, tenho votado alguns temas junto com ele. Votei a extinção da Dersa agora, mas penso eu que Saúde e Educação são dois temas que são, eminentemente, dever do Estado. Função do Estado.

E, nesse caso, acho que é um avanço do estado de São Paulo, inclusive, depois, até pesquisando aqui, em campanhas eleitorais - o Cezar falou sobre partidos - o então governador Mário Covas, à época, fez uma grande propaganda de uma campanha dele falando da importância da Furp. Salvo engano um programa inteiro dele falando da Furp, da importância de essas pessoas pegarem remédio lá na ponta, as pessoas mais carentes. Ouvindo as pessoas. E, agora, uma mudança por completo.

Então, eu acho, para concluir a minha fala. Depois a gente vai se reunir com os funcionários, vai ter audiência, salvo engano, em Guarulhos, depois faremos uma aqui também, na Comissão de Saúde, antes mesmo de ele mandar o projeto.

Mas eu penso que, pela história que a senhora tem na Furp, pelo que a senhora representa, seria importante que a senhora tomasse essa iniciativa, com outros colegas do conselho da Furp, e apresentasse uma manifestação contrária ao encerramento da

fábrica de Guarulhos. Para a gente serviria como base e acho que seria um contraponto importante a ser feito nesse debate.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Antes de a senhora responder, nobre depoente Terezinha, cumprimento, aqui, o nobre deputado Luiz Fernando. Falamos aqui, nobre deputado, também tínhamos aqui a Comissão de Infraestrutura, que foi transferida para o Dom Pedro, até porque excedemos já o horário e temos mais um depoente aqui.

Retorno a palavra à senhora, para que a senhora possa fazer a resposta ao nobre deputado Caio França.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Muito obrigada. Nobre deputado Caio França, o senhor me alegra com a sua arguição. Por quê? Concordo plenamente com a importância do Estado no âmbito da Saúde e da Educação. E nós já havíamos cogitado - as suas palavras apenas fortalecem - o intuito de proposição no âmbito do conselho deliberativo de um texto, de uma argumentação para com o Sr. Governador no sentido desta defesa de, mantendo a eficiência, buscar a manutenção da Furp.

E, também, eu lhe digo que, no âmbito da faculdade de ciências farmacêuticas, nós já fizemos a proposta da redação de um ofício a ser submetido à mesma congregação que nos indica. E esse documento da congregação será enviado ao Sr. Governador.

O da congregação nós já temos a aprovação, falta redigirmos o texto para o encaminhamento, no conselho nós temos que, ainda, obter essa aprovação, mas, sem dúvida, farei essa proposta.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - É muito importante.

Já para concluir, presidente. E a senhora desconhece, também, uma minuta do Projeto de lei que está sendo desenhada pela Secretaria Estadual de Saúde, sobre o encerramento das atividades da Furp?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Desconheço.

E muito obrigada pelas suas palavras.

O SR. CEZAR - PSDB - Sr. Presidente, uma questão de ordem, eu faço parte da Comissão de Infraestrutura, do Luiz Fernando. Só estou pedindo para me retirar. Gratidão.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Claro, Excelência. Muito obrigado, Excelência, pela sua participação.

Nobre deputado Danilo Balas, deseja fazer um questionamento?

Vamos passar a Presidência à V. Exa., que é o vice-presidente desta Comissão e vou fazer os questionamentos, me inscrevo, então, Excelência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A inscrição é efetuada. Já assumindo a Presidência, repasso a V. Exa. para as perguntas.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado. Professora Terezinha, agradeço a sua presença aqui. Como deputado, nós solicitamos a abertura dessa CPI e ficamos lá na fila, nossa assessoria, porque aqui as cinco primeiras CPIs são instaladas, a sexta só se for algo muito importante, de acordo com todos os líderes partidários, como determina o nosso Regimento.

Então, nós ficamos na fila lá, todo início de mandato, para protocolar CPIs. Funcionários chegam a passar a noite, 30 horas, para chegar lá. Então, essa é uma CPI que não é do governo do estado. É uma CPI que eu propus, tomando conhecimento dos problemas que existiam de corrupção no contrato da construção da fábrica de Américo Brasiliense, e ficamos lá na fila - nossa assessoria, que eu agradeço - e conseguimos emplacar esta CPI aqui.

Então, não é uma CPI de governo, como eu já ouvi dizerem por aí. A gente quer saber aqui o que acontece, quais foram os procedimentos de cada um, para a gente ajudar o Ministério Público, ajudar a Justiça, ajudar o governo, ajudar a Furp, ajudar os funcionários. Clarear essa situação, e verificar a situação que ela se encontra.

Nos deparamos depois com a PPP, as virtudes e os problemas da PPP. Estamos ouvindo todos que vêm aqui, para que, depois, os deputados possam elaborar o relatório parcial e o relator final condensar todas essas informações e fazer o papel da CPI, que são vários. Está aí no nosso Regimento Interno, na Constituição.

Então, a senhora vem aqui, a senhora faz parte do conselho, está no conselho há muito tempo. A lei que instituiu... Eu vou fazer um bate bola bem rápido com a senhora, porque nós ainda temos outros depoentes. Então, se a senhora puder responder “sim”, “não”, “não sei”, fique à vontade. Eu já tenho o meu pensamento aqui meio que elaborado. A senhora pode mudar o que eu penso com as respostas que a senhora vai me dar.

A lei que instituiu a fundação foi de 1968. Eu tinha três anos. Uma fundação. Na legislação pertinente na época, o conselho deliberativo é quem manda na Furp. O superintendente obedece a orientação do conselho deliberativo. É isso ou não?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Correto. Por estatuto.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o estatuto o que fala? O estatuto é esse?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - É, esse é um dos tópicos do estatuto. O senhor superintendente apresenta aos conselheiros, ou melhor, ao conselho, todas as propostas, todos os argumentos, e, tendo em vista esta argumentação, o conselho, dentro da sua alçada de conhecimento, dentro do que ele consegue...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Dentro do que ele consegue, não, Excelência. Bota lá o papel. Vocês aprovam ou não. É isso?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Desculpe, eu não peguei essas últimas palavras.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O superintendente vai lá e apresenta para vocês? Não são vocês que apresentam para ele as linhas gerais?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Nós apresentamos as linhas gerais. Entretanto, decisões não são tomadas em cima de linhas gerais, e sim de argumento, de material específico, em cima de... quer dizer, o direcionamento.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores lá do conselho aprovam a programação do ano seguinte da Furp?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Nós aprovamos a estrutura, o que a Furp deve fazer.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Deve fazer? Tá. Os senhores lá aprovam o balanço e os balancetes da Furp?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Sim, aprovamos.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores aprovam a demissão ou não de funcionários na Furp, ou admissão?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Também. Correto.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores podem não concordar com aquilo que o superintendente deseja fazer na Furp, barrando uma determinação dele?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Podemos, se o conselho entender aí pertinente.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O conselho se reúne quantas vezes por ano?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Duas vezes ao mês.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Duas vezes ao mês? Qual é o pró-labore ou o jetom que cada membro do conselho recebe? Se é que recebe?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Por estatuto, o conselho não é remunerado. Entretanto, recebe uma ajuda de custo que corresponde, salvo erro de memória, a 5% do valor médio do salário dos gerentes. Resumindo, hoje é cerca de 700 reais.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Por mês? Por reunião?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Por reunião.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Eu falei aqui de alguns temas que o conselho delibera. Ele delibera mais algum tema?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu posso estar errada, mas acho que o senhor não mencionou os contratos e convênios. Estes itens são, sim, deliberados pelo conselho.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Todos os membros do conselho são servidores públicos estaduais?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Somos.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O Ministério Público tem assento lá nesse conselho?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Ministério Público não tem. Tem a Secretaria de Saúde, Planejamento. Agora, eu posso contar... Dizer a composição.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É importante.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Dois membros da Saúde, dois membros da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, um membro do Planejamento, um membro da secretaria de âmbito social, um da Fazenda. Está faltando

alguém aqui, Saúde, Planejamento, social, Fazenda. Acho que não me esqueci. Corro o risco.

Meu Deus, agora eu estou até preocupada, porque a memória por vezes...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Falha bastante.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Falha, mas eu creio que sejam esses. E o senhor superintendente não tem direito a voto.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não tem importância. Eu só queria ver se a senhora lembrava.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não queria estar passando uma informação incompleta.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Pode estar incompleta. Não tem problema.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Desenvolvimento. Muito obrigada. A memória...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A memória falha, né? É normal. Em relação ao pagamento do reequilíbrio lá do contrato da construção da fábrica...

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Então, só contabilizando, chegamos a oito.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o presidente vota? Quando há empate, quem desempata?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - No geral, nunca vivenciei uma situação de empate.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Sempre é por unanimidade, ou tem algum voto...

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não posso dizer que sempre. Porém, é o mais comum, e uma e uma característica muito interessante do conselho é que ele é um colegiado, quando nós temos diferentes áreas do conhecimento complementares. Nós procuramos ter uma decisão o mais sensata possível.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Segundo as atas do conselho, o pedido de reequilíbrio econômico financeiro chegou a ser retirado da pauta na primeira tentativa de discussão. Quem pediu a retirada?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu não me lembro, especificamente.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Professora Teresinha, a senhora desculpa. Respeito o currículo da senhora a senhora como pessoa, professora. Minha mãe também foi professora. Mas a senhora vem a uma CPI, sabe que assunto que nós vamos tratar, um deles é o reequilíbrio econômico financeiro do contrato, que originou uma delação premiada com funcionários da Camargo Corrêa, que aqui estiveram, e entraram na Justiça para com direito de não falar. Nem precisavam disso, era chegar aqui e falar: “eu não vou falar”. A senhora não sabe dizer para a gente o assunto como é que é? A senhora desculpa, eu tenho que ser mais objetivo, para eu tentar terminar aqui a minha explanação. Quem pediu a retirada do reequilíbrio econômico financeiro na primeira vez?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - O conselho. Você está me perguntando a pessoa que pediu?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É. Foi encaminhado ao conselho o pedido de reequilíbrio econômico financeiro. Foi para o conselho. O conselho, por unanimidade, falou: “olha, não, nós vamos retirar da pauta”? Alguém retirou. Quem pediu a retirada da pauta?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Todo esse assunto, ele foi discutido com muito...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não quero saber do assunto que discutiu. A próxima pergunta. Quem pediu a retirada da pauta?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Eu fico lhe devendo essa resposta.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A senhora não lembra? Qual o motivo que retiraram da pauta?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Porque nós queríamos mais subsídios.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E por que ele voltou para a pauta?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Foram várias reuniões. Dentre essas várias reuniões, nosso conselho analisou os vários aspectos. Eu tenho toda uma sequência. Eu estudei bastante o assunto, sim, porque isso já faz algum tempo, e eu tive que rememorar as informações. Agora, detalhe de saber exatamente a pessoa que fez isso ou aquilo, me permita, mas a minha capacidade de memória não chega a tanto tempo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E quanto tempo as senhoras e senhores tiveram, do conselho, para analisar a proposta de reequilíbrio econômico-financeiro?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Nós estivemos avaliando isso em diferentes reuniões, em diferentes momentos, e, a cada momento que conseguimos detectar fragilidade, nós pedimos que as motivações que nos preocupavam, fossem complementadas com informações. Como eu disse, pedimos posições do jurídico. Pedimos posições do jurídico da Furp. Pedimos posições dos vários âmbitos, e fomos nos cercando de informações. À medida que elas nos eram fornecidas, nós íamos chegando em um entendimento a respeito.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores do conselho recebem alguma pressão para deliberar o que vocês deliberam lá?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não, não recebemos.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Da Secretaria de Saúde, da Fazenda, do governo do estado, de alguém?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não, não recebemos pressão.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nada?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Pressão eu não posso lhe dizer que... Não de forma alguma. O que eu talvez seja interessante fazer...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vocês não receberam pressão para aprovar esse acordo de pagamento do reequilíbrio econômico financeiro?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Nós não recebemos qualquer pressão. O que talvez seja interessante eu fazer a leitura para o senhor é de quando fizemos o despacho. Eu transcrevi aqui algumas coisas que me pareceram importantes.

Então, por exemplo, o despacho do gabinete da superintendência, de número 14, de 2013, encaminhado para apreciação e deliberação deste egrégio CD, proposta para pagamento de dívida existente entre a Furp e o consórcio, conforme documentação anexa.

Aí nós temos o valor, o parcelamento sem cobrança de juros, honorários advocatícios. Economia em favor da Furp: 7 milhões, 887 mil e 864. Diante do contexto, processo judicial em trâmite, elementos que instruem o processo administrativo da Furp e autos da ação, revelando-se como a melhor forma de solução dos conflitos de interesse, especialmente para a fundação, seja em razão de que o direito foi reconhecido na via administrativa, seja em razão da economia proporcionada.

Dessa forma, em atendimento ao Art. 9º, inciso VI, do estatuto social da Furp, a matéria é posta à apreciação e deliberação do conselho deliberativo. Isto, somado a toda informação anteriormente fornecida ao conselho, foi que nos levou a dizer... Eu trouxe aqui, inclusive, a ata do dia 17 de outubro de 2013, quando o senhor superintendente passou a informar os senhores conselheiros a respeito da decisão judicial tomada pela primeira vara da Fazenda Pública da comarca de Guarulhos, condenando esta Fundação, e determinando o pagamento ao consórcio executor da segunda etapa da obra.

Aí vem o valor, de 14 milhões, 957, 181 mil, a título de recomposição patrimonial pelos prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico financeiro do contrato Furp, devidamente atualizado, a contar de outubro de 2009. Após apresentação de parecer jurídico sobre a citação e as providências que poderão ser tomadas, com contestação ao pagamento de honorários fixados no patamar de 10% do valor atualizado da condenação, o conselho deliberativo, após ampla análise e discussão do assunto, tomou conhecimento, aprovando, por unanimidade de seus membros, que a superintendência efetue negociação com os autores da ação, na tentativa de redução e pagamento do valor final a pagar, inclusive os relativos às verbas de sucumbência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A senhora nos disse há pouco a um dos nobres deputados que perguntaram a Vossa Senhoria se vocês questionam a PGE. O conselho deliberativo questiona a PGE? A senhora disse que sim.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Não, ela não questiona a PGE.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Pede informações, sugestões, aconselhamento, algo parecido?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Exatamente.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Fizeram, nesse caso, à PGE? O conselho fez, perguntou à PGE? “Podemos? Vocês acham que é certo a gente fazer um acordo desse?”.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Neste momento, não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não? Por quê?

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Porque anteriormente nós tínhamos, no decorrer do processo administrativo...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Professora Teresinha, vocês não perguntaram à PGE. Vocês orientaram a Furp, o superintendente da época se manifestou ao conselho, contando toda essa historinha aí, que para nós, aqui na CPI, ou, pelo menos, para a grande maioria dos deputados, isso aí é conversa, é fruto de corrupção mesmo, é dar abertura para corrupção.

Vocês não perguntaram para a PGE? “Olha, devemos pagar isso aqui, fazer esse acordo?”. Porque a senhora conhece bem, a senhora está há quanto tempo no poder público, trabalhando? O poder público não é assim, não faz acordo nenhum, quando há um julgamento em primeira instância. A não ser que seja uma coisa assim; “olha, ação principal sem juros, sem correção, sem encargos, sem não sei o que, vamos dar 50% de desconto”. Aí, olha, toda área administrativa falou: “nós devemos mesmo, é melhor fazer o acordo”. Compensa para o estado. Vocês ouviram a PGE para fazer isso? Eu não ouvi.

A SRA. TERESINHA DE JESUS ANDREOLI PINTO - Tínhamos a posição anterior solicitada à consultoria jurídica da Furp.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A consultoria jurídica da Furp... Você vai me desculpar. A diretoria da Furp e o conselho - isso é pensamento meu - vocês erraram, e erraram muito, e estão errando todos esses anos com a Furp, porque vocês tinham que determinar o que a Furp tem que fazer.

Vai chegar lá para os senhores, daqui a pouco... Não sei se a Furp vai ser extinta ou não, o meu voto não será “não”, em função do que ela representa, não pela gestão que teve ou que tem, ou porque está, porque todo mundo agora joga o problema da Furp lá na Parceria Público-Privada. Eu distingo a fábrica de Américo Brasiliense e a fábrica de Guarulhos. O que uma dá de prejuízo, e o que a outra dá. Um deputado fez um

questionamento, acho que foi a deputada Beth Sahnão: a Furp não é para dar lucro? A senhora respondeu que não. Pergunto à senhora: a Furp é para dar prejuízo?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - É para ter sustentabilidade e para manter as suas atividades.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Certo. E vocês acham que o Estado e a população é que têm que ficar bancando o prejuízo de uma má gestão?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - De forma alguma. A má gestão não deve acontecer. Eu disse em algum momento...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A senhora acha que aconteceu, ou não, má gestão na Furp?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Aconteceu. Está sendo avaliado que tivemos, sim, situações questionáveis dentro do conhecimento atual.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores acham que tinham conhecimento pleno para provar a negociação econômico-financeiro com o consórcio liderado pela Camargo Corrêa? Vocês ficaram um tempão estudando. Pediram a retirada. Vocês acham que estavam tranquilos para aprovar o que aprovaram?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Tínhamos elementos que nos levavam a isso. Se não tivéssemos aprovado, iríamos cair numa situação de litigância de má-fé. Ou seja...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Litigância de má fé? Por quê?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Por quê? Porque estaríamos...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Vossa senhoria, acho que está orientada por aquele advogado que vem em tudo quanto é coisa de Saúde. A senhora está mal

orientada. Desculpa. Litigância de má fé porque está discutindo uma dívida na Justiça? Não pode recorrer? Não pode recorrer?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - O lado econômico da Furp e do Estado...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quantas ações tem hoje contra a Furp? Quantas ações? A senhora sabe dizer?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Não tenho o quantitativo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - A senhora tem noção? Tem uma? Tem mais de uma cobrando a Furp por alguma coisa?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Temos.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tem? A senhora sabe mensurar quanto?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Desconheço.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Já autorizaram algum acordo na Justiça, fora esse?

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Hoje não me sinto confortável...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Professora Terezinha, vou dizer uma coisa para a senhora, que é pensamento meu. Aqui estou tentando demonstrar o seguinte: que o Conselho Deliberativo da Furp não opina em nada, não manda em nada, não resolve nada, não sabe de nada.

O Conselho Deliberativo da Furp, representado pela senhora que está aqui hoje, não enxerga nada do que está acontecendo com a Furp. Nada. Nada. Vocês não sabem dizer nada, não têm nenhuma resposta concreta. Olha, é tão discutível o que estamos

ouvindo aqui, que não sei mais. A gente fica numa situação que a gente não sabe quem tem razão aqui.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Fico muito desconfortável como o senhor me coloca.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É para ficar muito desconfortável. Porque nós estamos muito desconfortáveis aqui também. Pergunto à senhora: vocês autorizaram a fazer mais algum acordo judicial em alguma ação? A senhora está lá há não sei quantos anos, e a senhora não sabe dizer que sim ou que não? Fora essa.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - A pergunta é muito ampla.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não é muito ampla, não. A senhora vai me desculpar. Vocês se reúnem duas vezes por mês lá. A senhora está lá há não sei quantos anos. Parabéns. Está lá carregando nas costas, talvez, o encargo que vai ter problema no futuro com Justiça e com todo mundo. Porque todo mundo que está envolvido lá, nas suas decisões, vão ter que responder por isso.

E a senhora não sabe me responder o seguinte: “Olha, numa reunião, além desse contrato, autorizamos a fazer um acordo que fosse benéfico à Furp.” A senhora não sabe dizer isso? Desculpa, me parece que vocês não vivem a Furp.

Eu me dou por satisfeito, deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Repasso a palavra ao nobre presidente Edmir Chedid.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pergunto aos senhores deputados se têm mais algum questionamento para fazer. Pergunto à professora

Terezinha se ela que fazer o fechamento da reunião, dizer alguma coisa. Fique à vontade.

A SRA. TEREZINHA DE JESUS ANDREOLI - Eu gostaria de dizer apenas que alguns dos questionamentos específicos, de momento, realmente não tenho elementos que me permitam responder com o necessário conhecimento para não faltar com a verdade.

Quando aqui iniciei o meu depoimento, a minha oitiva, assumi o compromisso de dizer exclusivamente a verdade. Mantive esta posição. Por isso mesmo não posso agora, por exemplo, quantificar ou evidenciar situações específicas que me fujam. No mais, me mantenho à disposição. Espero, apesar dos percalços, ter colaborado para com uma ação efetiva.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós é que agradecemos a presença da senhora. As suas respostas foram importantes para a CPI. Muito obrigado, professora. Bom trabalho à senhora.

Já convoco para fazer parte da mesa o segundo depoente de hoje, o senhor Marco Antonio Peixoto, representando o Instituto Uniemp, gerenciador da obra de construção da Furf de Américo Brasiliense. Retome assento, por gentileza. Ele está presente?

Passo às mãos de vossa senhoria, senhor Marco Antonio Peixoto - já que o senhor foi convocado por um requerimento da grande maioria dos deputados desta Casa - como é de praxe, um termo de compromisso do depoente, para o senhor preencher para a gente. Vou fazer a leitura do que se trata disso que o senhor está assinando.

Senhor Marco Antonio Peixoto, o senhor foi convocado a comparecer a esta comissão parlamentar de inquérito, constituída “com a finalidade de apurar denúncia de irregularidades afetas à gestão da Fundação Para o Remédio Popular – FURP, envolvendo os casos de corrupção nos contratos para a construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a ausência de planejamento de impactos da judicialização das demandas para fornecimento de medicamentos de alto custo.”

Como testemunha, e como testemunha com fundamento no Art. 203 e 218, ambos do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo 2º do Art. 3º da Constituição Estadual e com o Art. 3º da Lei estadual nº 11.124, de 10 de abril de 2002,

bem como as demais normas constitucionais e infraconstitucionais aplicadas à espécie, cumpre-nos adverti-lo de que deve dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar o negar a verdade a respeito de fatos de seu conhecimento, por incorrer no crime previsto no Art. 4º, inciso II, da Lei federal nº 1.579, de 18 de março de 1952.

Enquanto o senhor preenche e assina... Eu conversava agora há pouco com o nobre deputado Carlos Neder, que contribuiu muito com a CPI das OSs de Saúde, que esta Casa não vota um projeto de lei para que haja uma maior fiscalização. Não sei por que, até hoje. Ele me fazia um questionamento e me dizia o seguinte. Porque a gente, normalmente, busca as informações com as pessoas experientes e que conhecem a área. O deputado Carlos Neder é um conhecedor profundo dessa área de Saúde.

Depois que o Conselho autorizou, é uma pergunta que deveríamos... Depois que o Conselho autorizou o presidente da Furp a negociar, ou a fazer uma negociata, sei lá o que aconteceu, mas autorizou a negociar o contrato, voltou para o Conselho da Furp, dizendo “os termos do acordo são esses”, “concordamos, ele é benéfico”? Esquecemos de fazer essa pergunta.

Talvez a gente tenha que convocar a professora Terezinha de novo para vir aqui responder para a gente. Porque, se eles autorizaram, não sabemos o acordo, depois de feito. Mas me parece muito que esse Conselho é um conselho de “tudo bem, tudo certo, toca aí e faz do jeito que quiser, do jeito que achar bom”. Mas vamos voltar aqui.

Senhor Marco Antonio, quero agradecer a presença do senhor aqui. E como é de praxe, abrir a palavra ao senhor para que o senhor possa falar o que desejar por até cinco minutos. Ou mais, se desejar. Depois vamos abrir os questionamentos aos senhores deputados para as suas respostas.

O senhor já assinou? Está de acordo? O senhor é da Uniemp? O senhor é da...? Então o senhor é o representante da Uniemp? A Uniemp então subcontratou? Então o senhor coloca aqui o cargo que o senhor ocupa e a empresa que o senhor ocupa.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Ele era a pessoa que aprovamos o requerimento?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Foi o requerimento que aprovamos. Vou buscar os requerimentos, excelência.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É uma subcontratada? Só para a gente se...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O requerimento, excelência, assinado por cinco deputados, requeria a convocação de pessoas, dirigentes, executivos, ex-dirigentes, para prestar informação. E solicitou aqueles que foram citados aqui em algum momento. O Adivar Aparecido Cristina, Ronaldo de Paula Tonini, Martin Wende, José Passos Mendes, Carlos Henrique Barbosa Leme, Marco Antonio Peixoto, Emilio Eugenio Auler Neto, que foram citados aqui.

Mas vamos lá. Senhor Marco Antonio, talvez seja, já que o senhor foi citado por requerimento, fala que o senhor representava a Uniemp. O senhor está dizendo que não. Mas o requerimento do senhor, a convocação, foi feita. Explica um pouquinho para a gente. Talvez o senhor possa elucidar os fatos.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Ok. Bom dia. Deputado, eu só queria, esclarecendo... A Furp contratou o Instituto Uniemp para fazer o gerenciamento das obras de Américo Brasiliense. Por sua vez, a Uniemp, ela subcontratou uma empresa da qual realmente faço parte para participar do gerenciamento das obras. (Inaudível.) ...a qual faço parte, ela tem expertise nessa área. Temos vivência nessa área de implantação de grandes empreendimentos. Notadamente na área pública.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para entendermos, nobre deputada Beth Sahão. A Uniemp foi contratada pela Furp. E a Uniemp contratou a empresa de vossa senhoria para fazer o trabalho que a Uniemp deveria fazer. Uma terceirização do serviço. É isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, qual é a empresa que o senhor trabalha?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - A empresa que no caso foi a Ductor Implantação de Projetos Ltda.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E qual é a sua função lá?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Sou gerente de projetos. Estou nessa empresa fazem 43 anos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Na Ductor?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Na Ductor. Sou engenheiro elétrico. Sou formado desde 1972. Portanto, tem 46 anos que exerço a minha profissão. Tenho trabalhado bastante em obras públicas. Sei da importância da lisura na condução dos contratos. Principalmente por causa do dinheiro público. Então realmente tenho uma meta, uma preocupação na aplicação do dinheiro público. Então aquilo que está contratado tem que ser executado, dentro daquilo que foi pactuado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Pergunto aos senhores deputados se a gente dá continuidade.

Então, já que...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu tenho várias questões.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então vamos dar continuidade. O deputado Danilo Balas também está inscrito.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Rapidinho aqui.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tá. Fica à vontade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então passo a palavra ao nobre deputado Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Senhor Marco Antonio Peixoto, efetivamente, o senhor, como subcontratado e representando a empresa Ductor, deve ter passado alguns meses fiscalizando a obra, acompanhando a obra lá em Américo Brasiliense.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Perfeito.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Me atendo à paralisação da obra. Qual o período de paralisação dessa obra?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - A obra não paralisou. A obra não paralisou. A obra começou... A Furp contratou essa obra em novembro de 2005. Tinha um prazo bastante exíguo para ser executado. Seriam 13 meses de obras, para depois ter mais 12 meses de comissionamento.

O que houve? Tinha um prazo de três meses para que fossem definidos todos os equipamentos farmacêuticos. Teve um “delay”, um prazo realmente grande por culpa do consórcio, em apresentar quais são os equipamentos. Então quer, dizer, a obra começou e depois realmente deu uma parada. E ficou, vamos dizer assim...

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Então a obra ficou paralisada...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Paralisada, não.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - ...por culpa do consórcio? Foi isso que o senhor disse.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Isso. A Obra não teve andamento por culpa, praticamente, do consórcio.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Qual foi o fator motivador?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Porque o consórcio custou para definir os equipamentos farmacêuticos. Porque a Furp, quando fez o requerimento do usuário, ela definiu quais as especificações.

Dava as características dos equipamentos. E realmente citava alguns possíveis fornecedores. O consórcio entrou com os fornecedores. Nesse período, até que o corpo

técnico da Furp pudesse validar aqueles equipamentos, se eram equivalentes ou não, demorou um certo tempo. Com isso, a obra já perdeu tempo. Depois também teve um outro fato, mais tarde, que foi a obtenção das cartas de crédito.

Esses equipamentos, a maior parte deles, não são feitos no mercado nacional. São importados. O Estado custou... Acho que levou um período de oito meses para liberar uma ou duas cartas de crédito. Com isso provocou um certo atraso na obra. Mas em momento algum houve de se dizer assim “obra ficou abandonada”. Não. A obra sempre continuou.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A Ductor recebeu qual valor pela subcontratação da obra? Qual valor que a empresa que o senhor representava recebeu pela execução desse contrato?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não tenho esse número assim, de cabeça.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A quem o senhor se reportava? Ou, a quem a Ductor se reportava durante a execução da obra do consórcio?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Se reportava diretamente, dentro... Se reportava diretamente à própria Furp.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - A quem? Tem um nome de a quem o senhor...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Estávamos ligados ao assessor técnico de engenharia.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - O senhor lembra o nome?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Começou com o Luiz Beber. Depois foi com o senhor Ricardo Mahfuz.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Pela expertise que o senhor disse que a tua empresa tem, como o senhor analisa o projeto, desde o básico até implementação, a parte que o senhor conhece bem, do projeto de Américo Brasiliense - se houve fala, se não houve.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Um projeto extremamente complexo. Realmente, eu não sei se, realmente, os senhores, na visita que os senhores fizeram lá na fábrica tiveram a oportunidade de conhecer todo o prédio, inclusive a área técnica, que está lá no terceiro pavimento.

Aquela área estava vazia, está certo? Quer dizer, para viabilizar, quer dizer, a ocupação e a administração de todos aqueles espaços deram um pouco de trabalho. Realmente, é uma obra complicada. Quer dizer, isso requereu uma engenharia muito grande para poder atender, tá certo, quer dizer, colocar os equipamentos lá dentro daquela área, tá certo, dentro do tempo necessário.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Sr. Presidente, dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Passo a palavra, então, à nobre deputado Beth Sahnão.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Primeiramente, eu queria cumprimentar o Sr. Marco Antonio.

Estou tentando entender. Primeiro: a Uniemp foi contratada por licitação? Ou, foi por dispensa?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Foi por dispensa. Eu acho que foi por dispensa.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, se ela foi contratada por dispensa, ela pode subcontratar?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não sei, eu não conheço. Não sei esse processo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Pelo que a gente entende da legislação, não poderia. Não é? Não poderia. É estranho isso. Então, já tem aí um ponto a ser bastante questionado, porque se fosse por licitação, assim mesmo acho que tem que prever na hora do contrato ou do edital que a empresa vencedora poderá vir a subcontratar, ou sublocar, enfim, dependendo do tipo de serviço, outra empresa.

A Ductor, a empresa do senhor, ela só tem essa prestação de serviço público, ou vocês já prestaram pra outras, vocês estiveram prestando serviço na calha do Tietê, no desassoreamento, ou não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Na calha do Tietê, não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor se recorda se vocês prestaram...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Na calha do Tietê, não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Não, mas para alguma outra área do Governo do Estado?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Sim e não. Nós já trabalhamos no gerenciamento de implantação de sistemas metroferroviários, sistemas de habitação.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Para o Governo do Estado?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Para o Governo do Estado. Para o Governo do Estado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A Ductor, ela, qual que é a atuação dela? Até onde ela vai? Ela trabalha mais na área de Infraestrutura, na área de Habitação, na área de construção?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Infraestrutura e Habitação. Ela já trabalhou na área de Infraestrutura e Habitação.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Infraestrutura e Habitação.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Aham. Em que consistia o contrato da Uniemp para o gerenciamento? Esse contrato está encerrado? Se ele está encerrado, o senhor se lembra quando ele foi encerrado?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - O contrato deve ter sido encerrado. Eu não... Depois vou estudar mais. Deve ter sido encerrado praticamente logo após o próximo, tá certo, quando a fábrica for inaugurada.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Aí, foi encerrado?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Foi encerrado.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Foi encerrado. E, a fábrica foi encerrada, a construção é de 2013, foi isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Não, não, não, não. A fábrica deve ter sido encerrada por volta de... Ainda foi na gestão do Serra, que ele foi lá para inaugurar.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sei.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Eu acredito que deve ter sido inaugurada no final de 2009. Ou final de 2009 ou início de 2010.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Agora, o senhor disse aqui, respondendo ao deputado Danilo Balas, que o atraso foi por culpa do consórcio. Agora, se foi por culpa de só coisa de consórcio, por que que então teve o pagamento de indenização? Como é que funciona isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Ok. Nós recebemos, está certo... Quando o consórcio... Pelo menos, o que acontece... O consórcio faz um claim, um pleito, um claim.

Entrou ali, fez esse claim, quer dizer, esse pleito de desequilíbrio econômico e financeiro, e, realmente, foi encaminhado à Furp, certo? A Furp nos repassou, está certo, esse claim, para que realmente nós déssemos o nosso parecer.

No nosso parecer, o parecer da... O caso é que ele realmente repassou para a Uniemp; a Uniemp, tá certo, referendou e devolveu para a Furp. Nós, praticamente, nós negamos a procedência do claim.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A procedência do quê? Desculpe.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Do claim, do pleito, do consórcio.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sim. Esse claim do pleito do consórcio é...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - O desequilíbrio econômico-financeiro.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É esse pedido desse aditamento que foi amplamente questionado aí nos 22, 25 milhões.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Exatamente. Nós analisamos e achamos que é improcedente no seu totum, naquilo que estava sendo...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sim, e quem que autorizou esse pagamento?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não sabemos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor não sabe. E, o senhor sabe se isso foi para a PGE, também? Porque aqui tudo é PGE. Ou a PGE autoriza, ou a PGE se cala. Se cala, naquele ditado assim: quem cala consente. Porque, inclusive, a Sra. Terezinha, que depôs antes do senhor, disse que tudo enviava para a PGE. Mas, parece

que a PGE não se manifestava. Nesse caso, houve manifestação da PGE? O senhor não tem essa informação?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não sei. Eu sei é que o consórcio não ficou satisfeito. Na época, de fato, o consórcio não ficou satisfeito, realmente, com a nossa interpretação. Vocês possam fazer uma réplica, tá certo, apresentem fatos novos, para que realmente a gente pudesse analisar se tem consistência ou não.

Mas, daí para a frente nós nunca mais fomos demandados.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, então, Sr. Marco, não soa estranho - eu gostaria de ouvir a sua opinião - que se o atraso foi de responsabilidade do consórcio, qual é a razão, a justificativa, que o consórcio tem de pedir o aditamento, se ele está errado?

Quer dizer, na verdade, isso deveria ser o inverso. Quem deveria ressarcir os cofres públicos pelo atraso era o consórcio, e não o estado pagar por algo que estava errado, não é? Que estava atrasado.

E, se essa responsabilidade é como o senhor está dizendo, eu queria ouvir a sua opinião. Porque, para mim, isto é irregular.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Realmente, concordo. Eu acho que, realmente, no caso, quer dizer, esse atraso, tá certo, de uma certa forma gerou um prejuízo para o estado, tá certo, porque foi contratado.

Se o consórcio foi contratado para fazer uma obra num determinado período, ele deveria ter executado. Tá certo, quer dizer, a partir daí ele gerou um problema para o estado, para a Furp, tá certo, então, não foi concluído no prazo.

E, realmente, quer dizer, a nossa análise, tá certo, deste claim, tá certo, foi que realmente que... Foi negando, praticamente, foi negando esse claim improcedente. A partir daí, nós não tivemos mais nenhuma outra participação.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - E, toda essa questão aí está em algum relatório da Uniemp?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Sim, teve carta, teve um relatório da Uniemp, tá disposta da Furp, onde ele nega todo essa procedência, esse início desse processo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - A gente poderia ter acesso a esse relatório?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Tem que consultar, tem que consultar, teria que consultar a Furp, porque isso foi encaminhado à Furp.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputada, nós vamos fazer o requerimento com a Ductor, e o senhor já fica comunicado: os senhores têm três dias úteis para encaminhar o contrato que os senhores fizeram com a Uniemp, e também o relatório que os senhores fizeram, fruto desse trabalho.

Um, dois, três, o relatório final, todos eles nós vamos encaminhar logo ao final. O senhor pode conversar aqui com a nossa assessoria, para que a gente faça por escrito. Nós estamos determinando três dias para vocês responderem - o senhor não é obrigado a ter tudo de cabeça e trazer em mãos.

Eu dou a palavra à nobre deputada Beth.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Obrigada, Sr. Presidente, pela sua pronta resposta.

O parecer final da Uniemp em relação à obra de construção da fábrica, persistiram algumas... Tivemos pendências, quer dizer, o contrato o senhor disse que foi encerrado tudo, o senhor disse que, mais ou menos, o senhor procurou precisar o tempo em que foi encerrado.

Agora, houve pendências depois disso? Se houve, quais foram elas? Quais foram os principais problemas que vocês enfrentaram no transcorrer da obra? Se estavam lá estabelecidas obrigações que estavam previstas no contrato que deixaram de ser cumpridas, que deixaram de ser atendidas.

Porque, o senhor há de concordar conosco que o valor de 22 milhões ou 25 milhões, como tem divergências aí nesse aditivo, que é considerado um superfaturamento, é muito grande.

E, para tal, precisa ter uma justificativa bastante plausível, no sentido de poder convencer de que esse dinheiro foi gasto de uma forma com lisura, de uma forma correta, para atender de fato aquilo que deveria ser atendido.

Até agora, nada nos convenceu que esse aditivo tenha sido usado de fato para poder cobrir um valor mal planejado anteriormente.

Porque, aditivos: a gente pensa em aditivos quando, por exemplo, você vai fazer uma obra de infraestrutura, e, aí, você encontra um problema lá que não estava previsto. Foi fazer um buraco, no buraco encontrou um poço, encontrou não sei o que, eu não sou engenheira, né.

Mas, enfim. Aí, não estava previsto aquilo, e, às vezes, você pode fazer um aditivo. Mas, aditivo, normalmente, é sempre objeto de uma certa desconfiança.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Perfeito.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Por quê? Porque se uma obra está sendo... Se aquele contrato está sendo feito, ele tem que estar sendo bem planejado. Quer dizer, que tipo de planejamento é esse que é feito se você não leva em conta todas as fases da construção e do projeto, o quanto que isso vai custar, e sem a necessidade de aditar, sobretudo, um aditamento num valor como esse, um valor alto.

E, isso é tão verdadeiro que tem uma previsão de um máximo. A legislação já prevê que você não pode aditar mais do que um determinado percentual. Então, essas questões nos afligem e colocam a gente sempre em dúvida de por que aconteceu isso.

Porque, até agora, sinceramente, Sr. Marco, ninguém nos convenceu vindo aqui e falando da obra. Algumas pessoas, anteriormente, já vieram para falar especificamente da construção.

A gente quer saber quem é de fato responsável por isso, até porque eu acho que ao final desta CPI, o deputado Balas é o sub-relator dessa área, tem que responsabilizar pessoas, empresas e órgãos do Governo, porque esse dinheiro precisa ser recuperado.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Olá. Respondendo: realmente, tá certo, a legislação aí que rege, tá certo, a contratação, órgãos públicos, estabelece um limite máximo, tá certo, de aditivo. Pode ser até de 25%. Então, quer dizer, hoje a Procuradoria e o próprio Tribunal de Contas questionam, tá certo.

Porque, geralmente, hoje, o que acontece: você contrata uma obra. Obviamente, já está contratando com mais 25%. Esse número, tá certo, já é questionado. Tenho participado de algumas licitações, porque eu disse: "Ah, você está contratando por dez ou por doze e meio?"

Porque o pessoal já põe logo 25% em cima. Então, quer dizer, questiono que esse não é um número mágico. Então, quer dizer, só pode realmente ter aditivo desde que você modifique a especificação ou, realmente, você tenha uma alteração de quantitativos.

Por que você alterou uma especificação? E, por que você não... Houve algum imprevisto durante o transcorrer da obra que você não conseguiu mensurar aquilo adequadamente, ou não teve um projeto, tá certo, de engenharia, tá certo, que foi... estava, literalmente, inadequado, que você não pôde quantificá-la adequadamente.

O caso deste, quer dizer, se por acaso esse claim, esse pleito, assim, é objeto dessa CPI, não foi parte dos quantitativos, não foi parte da... não fez parte da... como se fosse do processo de construção da obra. Isso foi à parte.

Então, por isso que realmente ele não interferiu na construção. Ele continuou parece que bem internamente na Furp, tá certo. Foi inaugurada a fábrica, foi terminado, o canteiro foi desmobilizado, a fábrica entrou em produção, tá certo.

E, depois, realmente, o que aconteceu realmente já estava fora do processo, eu não soube... não sei informar o que aconteceu daí para a frente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Eu vou fazer algumas questões, e gostaria que o senhor procurasse objetivar as suas respostas, na medida em que eu tenho a Comissão de Direitos Humanos, agora, que eu sou presidente. Então, eu tenho que estar lá.

A primeira delas é se o senhor sabe quem contratou o instituto, a Uniemp, para o gerenciamento das obras. A quem o senhor se reportava na época? E, se o senhor fez reuniões com secretarias de estado, ou com secretários de estado, para poder discutir sobre aquela construção.

Se o senhor também participou de reuniões com as empresas integrantes do consórcio. E, para nos esclarecer bem, as razões, que o senhor pode explicar, porque as obras ficaram tanto tempo paralisadas - parece-me que em torno de 16 meses paralisadas as obras, mais...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Ficou, ela ficou lenta, ela ficou lenta. A obra não ficou paralisada, ela ficou num ritmo lento por causa da definição de equipamentos.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Quer dizer, ritmo lento para empresas de construção é o seguinte: ao invés de pôr 50 pessoas lá, você põe cinco. Aí, a coisa vai bem devagar, quase parando, vamos dizer assim.

Enfim, se o senhor participou também sobre o pedido de reequilíbrio econômico e financeiro.

Com essa última pergunta eu encerro a minha participação, esperando as suas respostas.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Bom, vamos lá. Eu me reportava diretamente ao assessor técnico de engenharia da... Quer dizer, vamos lá. Eu entrei nesse processo, tá certo, quer dizer, depois da licitação para, já para fazer uma interface, tá certo, da obra.

Eu não participei do processo, tá certo, de licitatório. Então, já existia uma outra pessoa que estava tomando conta desse processo. Aí, eu entrei para assessorar. Posteriormente, tá certo, quando a obra já estava caminhando para o final, sim, é que eu participei. Eu assumi o comando desse contrato.

Perdi. Nós nos reportávamos, tá certo, ao assessor técnico de engenharia, aquele que era no início. Era o engenheiro “Obis Beda”, que tomava conta, que fez o processo licitatório.

Depois, ele foi substituído, tá certo, pelo engenheiro Ricardo Mahfuz. Então, eles é que tocavam. A nossa ligação era com eles, diretamente com eles, realmente, trocávamos informações.

E, nós tínhamos reuniões, tá certo, periódicas com o consórcio para discutir, tá certo, o andamento da obra. Então, era essa a nossa ligação.

Quando ao processo, tá certo, desse pleito, tá certo, de equilíbrio econômico-financeiro, eu não participei desse processo.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor tem conhecimento de que tem acusações sobre o Sr. Ricardo Mahfuz correndo. Eu não sei se está em segredo de Justiça, mas, enfim, chega.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não, eu não sei.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Está, inclusive, na imprensa, que já saiu. Tem, né?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Quer dizer, eu ouvi, tá certo. Não tenho, realmente, entrado em contato, tá certo. Quer dizer, não tem detalhes. Eu sei que parece que tem essa CPI, questiona a Furp, tá certo?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Mas, ele participava dessas discussões para saber dos aditamentos.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor citou ele agora. Ele participava do quê? O senhor acabou de citá-lo.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Ele participava. Realmente, a gente participava da construção.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Da construção.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Da construção. Então, realmente, assim: ligava o dia a dia da obra, ia executar aquela obra, terminar, inaugurar e entregar a fábrica para a produção.

É, realmente, era essa o nosso objetivo, a nossa meta: era concluir a obra. Tá certo? Agora, se tinha negociações paralelas, eu desconheço. A nossa participação...

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Conhece se houve qualquer, como da gente... Uma das razões dessa CPI é a denúncia de que houve pagamentos de propina para essa questão aí do aditamento. O senhor desconhece...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Eu te conheço totalmente, quer dizer, inclusive eu volto a repetir, está certo? A nossa participação foi no início do pleito que deu origem, parece que a esse pagamento, culminou com esse pagamento. Nós negamos. Agora, aí o paciente, o processo, está certo, quer dizer, daí, desde que nós negamos o provimento nesse processo, esse processo foi conduzido internamente dentro da Furp. Não houve nem por parte nem da Ductor, nem da Uniemp, está certo, qualquer participação que pudesse viabilizar, está certo, esse pleito, o pagamento desse pleito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A nobre deputada se dá por satisfeita?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - O senhor sabe qual o valor do contrato? Só para eu encerrar, juro que eu encerro, porque eu tenho que ir para outra comissão.

O senhor sabe qual o valor do contrato da Uniemp com a Furp? Qual foi?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - O valor, não conheço, não sei assim de cabeça agora. Não sei.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Tem aqui uma matéria na imprensa que esse contrato chegou na casa dos nove milhões de reais, só para vocês fazerem a supervisão, não é, do processo?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Gerenciamento.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - É bastante alto para..., enfim, é um dinheiro muito expressivo. Aqui tem uma matéria de 2007.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se dá por satisfeita, nobre deputada?

A SRA. BETH LULA SAHÃO - Estou. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Agente Federal Danilo Balas, queria me inscrever, passar a Presidência ao senhor, e me inscrever para fazer os questionamentos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Pois não, e já assumindo, repasso a palavra a Vossa Excelência.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Marco Antonio, o senhor então é da Ductor, é a Ductor que nós aqui conhecemos já de há muito tempo. É isso? Vocês fazem gerenciamento de obras, terceirização de mão de obra...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Terceirização de mão de obra, não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não. Esse “bok” nós...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - É engenharia?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - “Bok”, nós detestamos esse, essa...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Essa nomenclatura?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Mão de obra contratada, não, nós não fazemos. Terceirização, não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Nunca fizeram.

Sr. Marco Antonio, então, o senhor é um funcionário, um colaborador da Ductor, e era o representante da Ductor que fazia o trabalho para a Uniemp. É isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Perfeito.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Qual era o objeto do contrato da Ductor com a Uniemp que o senhor gerenciava?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Realmente fazia o gerenciamento das obras do centro de Américo Brasiliense.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Então, quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, que é o que a gente trata aqui e tem as dúvidas, dependeria da gerenciadora uma certificação de que houve um desequilíbrio econômico-financeiro. O senhor já nos explicou aí o que é aditivo, né, e também automaticamente o que é desequilíbrio, contrato. O senhor recebeu, em algum momento, representando a Ductor ou a Uniemp, um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, por parte do consórcio liderado pela Camargo Corrêa?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Bem, como eu já coloquei aqui, nós fomos formalmente, recebemos a Furp, está certo, nos foi repassado, está certo, a solicitação para analisar o “claim” do consórcio, para analisar o nosso parecer sobre esse pedido do consórcio de equilíbrio, do equilíbrio econômico-financeiro.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores foram contratados em que data pela Uniemp?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Deve ter sido em 2007.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - 2007. E esse pedido de reequilíbrio que a Furp encaminhou aos senhores, através... A Furp encaminhou direto à Ductor ou à Uniemp, e a Uniemp encaminhou aos senhores? Como é que foi isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Passou, a Furp passou, a Furp nos encaminhou esse documento. Eu fui o recebedor desse documento, isso em setembro de 2008.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor recebeu em 2008 esse pleito.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Em setembro de 2008 eu recebi uma carta para ajudar a Furp, através do Sr. Ricardo Mahfuz, para que nós déssemos um parecer sobre esse pedido do consórcio.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E qual foi a resposta dos senhores?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Nós negamos esse pedido, praticamente negamos esse pedido. Achemos que o consórcio tinha que se ater a um período só, prazo, quer dizer, qual os custos daquele prazo em um período de seis meses.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Período de seis meses. E os senhores chegaram a quantificar isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores, simplesmente, deram um parecer que era negativo.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Era negativo.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Isso foi enviado à Furp?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Foi enviado à Furp.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E o senhor ficou até o final do contrato? O contrato ainda perdura, da Ductor com a Uniemp?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Acabou.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Acabou?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Acabou. Como o objeto foi extinto, acabou a fábrica, acabou, realmente, o objeto foi extinto, pelo prazo e pelo objeto.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quem é... o senhor conhece quem é Luiz Alceste Del Cistia Thonon?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Ele é..., acho que é um diretor da Uniemp. Um diretor.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor mantinha contato com ele?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Através do representante dele.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Representante dele.

Ele era diretor executivo da Uniemp, né?

Então, senhores, acho que a gente fecha aqui uma situação, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

O consórcio pede o reequilíbrio econômico-financeiro. O pedido vai para a Furp. A Furp segura, por um bom tempo, alguns meses, esse pleito do consórcio. Depois a Furp encaminha à Uniemp/Ductor esse pleito.

O Dr. Marco Antonio Peixoto, e consta aqui como coordenador do Instituto Uniemp, obra Furp 2 Américo Brasiliense, era isso que o senhor era lá?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Sim.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Recebeu esse pleito dia 18 de setembro de 2008, o senhor acaba de dizer, pelo Ricardo Mahfuz. Em que data que os senhores responderam que não era devido o reequilíbrio econômico-financeiro? O senhor pode falar de novo para mim?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Em abril de 2009.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Abril de 2009. Aí o Instituto Uniemp, através desse Luiz Alceste Del Cistia Thonon, responde esse ofício, pedido aqui.

A conclusão: o senhor não tem conhecimento, acho que o senhor vai ficar preocupado. O atraso não imputável ao consórcio de 6 de agosto de 2006 a 28 de fevereiro de 2007, seis meses e 25 dias, 6,81 meses, causou prejuízo ao consórcio. E julgamos justo, justo ressarcir-lo dos custos indiretos correspondentes a esse período, e dos custos decorrentes da desmobilização de recursos coincidentes com esse período. A variação do preço do cobre, ocorrida no mercado nacional e internacional, provocou variação nos preços dos materiais utilizados pelo consórcio, que contém cobre em sua composição. Esses materiais foram utilizados às instalações elétricas, eletrônicas, hidráulicas e de ar-condicionado e ventilação. A necessidade de conhecer a variação do preço de cada um desses materiais aplicados das quantidades medidas mês a mês para se chegar ao valor devido. Os índices de reajuste contratual certamente deverão ser aplicados sobre os valores da base... das bases contratuais para gerar os valores corrigidos. Os tributos devem ser acrescentados sobre os valores eventualmente deferidos, com exclusão da CPMF, inclusive aquela eventualmente indevidamente embutida nos valores já pagos. À Furp caberá a análise final do pleito, como um todo, em especial quanto a sua procedência no âmbito jurídico, legal, bem como a decisão quanto ao deferimento do reembolso de custos financeiros sobre os valores a indenizar, e dos critérios de seu cálculo.

Em decorrência de tudo aqui exposto, sugerimos a V. Sas. que solicitem ao consórcio a representação de seus cálculos, observando que o período de atraso, que deve ser considerado em tais cálculos, deverá estar restrito àquele indicado na Tabela 2, ou seja, 6,81 meses.

Sendo essas nossas considerações, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que V. Sas. julguem necessários, assim como para a tomada da avaliação do pleito aqui tratado, imediatamente após a sua readequação, conforme sugerido. Atenciosamente, Instituto Uniemp.

O que o senhor tem a dizer disso para a gente?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Eu comecei a colocar no início, quer dizer, o pleito, na sua totalidade, nós negamos, com essas ressalvas.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Os senhores negaram o pleito?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Só tem essa ressalva. Se o consórcio quiser apresentar com aquelas sugestões, aquelas recomendações que nós passamos, nós poderíamos realmente...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor está perplexo com essa resposta da Uniemp à Furp, ou não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não? Por que não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Porque naquela época era o que aconteceu.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas o senhor acaba de dizer que não cabia um reequilíbrio aqui.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não nos termos que o consórcio...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Quais termos seriam corretos então?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - A conclusão do relatório. O consórcio fosse analisar todo o relatório, ele tem muito mais, é muito mais amplo, tá certo? Tem mais argumentos em colocação que foram negados. Então só sobrou isso.

O SR. - (Pergunta fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Realmente eu falei. Eu não participei desse processo, eu não sei, assim, em detalhes.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E por que o senhor não participou?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Porque eu estava... Eu não... Ok, por que eu não participei? Porque que eu não conhecia os fatos anteriores que geraram (Ininteligível.). Eu não estava presente na época. Estava presente, mas não era a minha área.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - De quem que era a área então, para a gente convocar aqui?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Tinha outras pessoas.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor pode citar os nomes, por favor?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Tinha o José Rubens...

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - José Rubens...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - José Rubens Santequian.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Santequian. Quem mais?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Quem mais... Ele que realmente participava lá na área.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - O senhor acha que ele pode nos contar toda a história na parte que o senhor não tem conhecimento? O senhor sabe que todo esse parecer consta de um processo judicial? O senhor tem conhecimento, ou não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Olha, realmente, realmente... Tem que estar, né?

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E se o senhor fosse superintendente da Furp, o senhor teria pago isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não. Por quê?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Eu não tenho embasamento. Aliás, quer dizer, não chegaram assim a uma conclusão para dizer paga ou não paga. Quer dizer, realmente, se eu contrato uma gerenciadora para poder administrar a obra e eu falo assim: “não, não tem embasamento”, então você está me dispensando para poder eu assumir a responsabilidade.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Mas a Uniemp falou: “Olha, tem seis meses aí”, e os senhores também disseram...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Você precisa me reapresentar o cálculo, eu vou analisar. Aí sim, eu valido ou não valido.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E isso veio para o senhor?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Não veio para o senhor?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não veio.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Para a Ductor não veio?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não veio.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. O senhor entendeu, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas, qual é questão aqui? Mais uma vez a gente vê que as respostas não se encontram. É difícil fechar, mas acho que a gente fechou as pontas aqui, agora, né? Quer dizer, a Uniemp, que é ligada acho que à Fundação ABC, deve ter sido contratada por dispensa de licitação por um valor de 9 milhões de reais, que repassou um contrato a uma empresa que tem expertise, a gente ouve falar da Ductor há

muito tempo, para fazer o gerenciamento dessa obra. Não sei se o valor com que foi contratada a Uniemp é um valor correto ou não, não sou engenheiro. Normalmente 9% é um gerenciamento de obra? Porque, se não me falha a memória, eram cem milhões a construção da fábrica. Quanto normalmente se cobra isso, o gerenciamento?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Varia, varia, se com projeto ou sem projeto.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Com projeto, sem projeto, dá uma noção para a gente. Eu sei que cada caso é um caso.

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Está em torno de 9% realmente do empreendimento. Agora, esse empreendimento teve duas fases. A empresa participou da fase 1, tá certo, que é a preparação do terreno e a construção do prédio. Quer dizer, o fornecimento e a instalação de equipamentos e o acabamento da área farmacêutica, isso foi a fase 2, que foi contratado o consórcio.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - E os senhores foram contratados na fase 1 e na fase 2?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Na fase 1 e na fase 2.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Tanto na 1 como na 2. Ok, me dou por satisfeito, deputado.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Repasso a palavra à Presidência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Agradeço a sua presidência. O senhor gostaria de fazer mais uso da palavra?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Agradeço a participação neste processo e me ponho à disposição se por acaso puder esclarecer mais alguma coisa, mais alguma dúvida que porventura eu não consegui elucidar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu agradeço. Mais uma questão que me surgiu aqui: a relação então dos senhores era diretamente com o Ricardo Mahfuz, é isso?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele, em algum momento, pediu para os senhores darem um parecer técnico que realmente tinha que ter um equilíbrio econômico-financeiro, forçou a barra em algum momento? Ou o senhor tem conhecimento que isso...

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - Não, não. Mesmo que tivesse falado isso, nós nos negaríamos a qualquer participação nesse processo, porque não é do nosso feitio.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E houve pressão do consórcio para que os senhores fizessem um parecer desses, ou não?

O SR. MARCO ANTONIO PEIXOTO - O que eu posso colocar é que o consórcio não ficou nem um pouco satisfeito com o nosso processo. Ele queria que nós, de uma certa forma, validássemos a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, doutor. Pergunto ao nobre deputado se tem mais algum questionamento. Quero agradecer a presença de vossa senhoria aqui, Dr. Marco Antonio Peixoto, pela sua transparência em colocar. O senhor ajudou elucidar um fato aqui importantíssimo para todos nós agora, porque todos aqueles que vieram aqui estavam lá, desde o superintendente, diretores,

todos diziam: “Estávamos cobertos por um parecer da gerenciadora, por isso, fizemos o acordo, inclusive na Justiça”.

A não ser que eu esteja enganado do que ouvi aqui até hoje. Pelo jeito, talvez até estivessem, né? De um parecer que não foi a Ductor que fez, pelo que eu entendi, foi a Uniemp que fez, né? Quer dizer, contratam uma empresa especializada de engenharia para fazer administração na obra. Na hora de fazer as coisas que a gente pensa que fizeram lá, e que pelo jeito a Justiça está comprovando, aí tiram a Ductor fora e a Uniemp assina. Pelo menos é o que eu estou pensando aqui agora, cabe a nós levantar.

Agradeço a presença do senhor, de todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas, das pessoas que participaram desta audiência, da Secretaria da Casa, da assessoria dos deputados, do representante da Procuradoria da Assembleia Legislativa e dou por encerrada a presente sessão.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *